

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Análise das estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado
de Animais da Universidade Federal de Viçosa**

Eugênio Scolforo Louzada
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

EUGÊNIO SCOLFORO LOUZADA

Análise das estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Fabricio Luciani Valente

Coorientadores: Rodrigo Alves Barros
Artur Kanadani Campos

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L895a Louzada, Eugênio Scolforo, 1997-
2026 Análise das estratégias de manejo de cães pelo programa de
manejo integrado de animais da Universidade Federal de Viçosa
/ Eugênio Scolforo Louzada. – Viçosa, MG, 2026.
1 dissertação eletrônica (83 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Fabrício Luciani Valente.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Veterinária, 2026.

Referências bibliográficas: f. 74-77.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.352>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Cães - Proteção. 2. Cães - Saúde. 3. Cães -
Comportamento. 4. Universidade Federal de Viçosa - Normas.
I. Valente, Fabrício Luciani, 1980-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Veterinária. Programa de
Pós-Graduação em Medicina Veterinária. III. Título.

CDD 22. ed. 636.70832

EUGÊNIO SCOLFORO LOUZADA

Análise das estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 3 de março de 2026.

Assentimento:

Eugênio Scolforo Louzada
Autor

Fabricio Luciani Valente
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 10/06/2026 às 10:20:37 e pelo orientador em 10/06/2026 às 10:23:53. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **ZN6Q.3ZQV.OFE9** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de Veterinária e ao Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária, pela oportunidade de realização da pós-graduação e pela formação acadêmica e humana proporcionada ao longo desses anos.

Aos professores e funcionários, pelo compromisso, dedicação e contribuição para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabricio Luciani Valente, e aos coorientadores, Prof. Dr. Rodrigo Alves Barros e Prof. Dr. Artur Kanadani Campos e, pela confiança, orientação, disponibilidade e pelas valiosas contribuições ao longo de toda a execução deste trabalho. Agradeço pelos ensinamentos, pelo incentivo constante e pelo apoio na construção desta pesquisa.

A todos os meus amigos, à equipe do MIAU, aos estagiários e funcionários, pela convivência diária, colaboração nas atividades e pelas trocas que enriqueceram não apenas este trabalho, mas também minha formação profissional e pessoal.

À minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e à minha namorada, pelo amor, incentivo, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos. Vocês são meu alicerce e a razão de cada conquista.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta dissertação.

RESUMO

LOUZADA, Eugênio Scolforo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2026. **Análise das estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa.** Orientador: Fabricio Luciani Valente. Coorientadores: Rodrigo Alves Barros e Artur Kanadani Campos.

A presença de cães de vida livre em campi universitários constitui um desafio complexo que envolve bem-estar animal, saúde pública, segurança institucional e conflitos sociais. Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de manejo de cães implementadas pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa (Miau), no campus Viçosa, à luz de seus impactos institucionais e operacionais. Adotou-se abordagem qualitativa, com observação participante e análise documental, abrangendo registros internos, prontuários do Hospital Veterinário, dados da vigilância universitária e informações sistematizadas em banco digital próprio, no período de 2024 a 2025. Complementarmente, empregou-se a análise SWOT para avaliação estratégica do programa. Os resultados evidenciaram a transição de ações pontuais e reativas para um modelo estruturado, organizado em eixos interdependentes de vigilância, manejo sanitário, reprodutivo, comportamental, alimentar e educação e comunicação. Destacam-se avanços na estrutura física, na sistematização de dados, na integração entre ensino, pesquisa e extensão e na ampliação do número de castrações e atendimentos clínicos. Contudo, persistem fragilidades relacionadas à limitação orçamentária, à alta rotatividade discente, à dificuldade de captura de animais não colaborativos, à sobrecarga decorrente do aumento de demandas e à ausência de política institucional formal que delimite responsabilidades e assegure sustentabilidade jurídica e administrativa. Conclui-se que o Miau representa marco institucional relevante e potencial modelo replicável, mas sua consolidação depende da formalização normativa e da articulação permanente com políticas públicas municipais, sob a perspectiva da Saúde Única e da governança compartilhada.

Palavras-chave: manejo populacional de cães; saúde única; campus universitário; bem-estar animal; políticas institucionais.

ABSTRACT

LOUZADA, Eugênio Scolforo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2026. **Analysis of dog management strategies by the Integrated Animal Management Program of the Federal University of Viçosa.** Adviser: Fabricio Luciani Valente. Co-advisers: Rodrigo Alves Barros and Artur Kanadani Campos.

The presence of free-roaming dogs on university campuses constitutes a complex challenge involving animal welfare, public health, institutional safety, and social conflicts. This study aimed to analyze the management strategies implemented by the Animal Integrated Management Program (Miau) at the Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa campus, considering their institutional and operational impacts. A qualitative approach was adopted, combining participant observation and document analysis, including internal records, veterinary hospital reports, university surveillance data, and information organized in a dedicated digital database, covering the period from 2024 to 2025. Additionally, a SWOT analysis was conducted to support the program's strategic evaluation. The findings indicate a transition from isolated and reactive actions to a structured management model organized into interdependent axes: surveillance, sanitary and reproductive management, behavioral management, nutritional management, and education and communication. Notable advances include improvements in infrastructure, data systematization, integration of teaching, research, and extension activities, and an increase in spay/neuter procedures and clinical care. However, persistent challenges remain, such as budget constraints, high student turnover, difficulties in capturing non-cooperative animals, increased workload, and the absence of a formal institutional policy to ensure long-term legal and administrative sustainability. The study concludes that Miau represents a significant institutional milestone and a potentially replicable model, whose consolidation depends on formal regulation and continuous articulation with municipal public policies under a One Health and shared governance framework.

Keywords: canine population management; one health; university campus; animal welfare; institutional policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folder de divulgação da Conferência Regional de Manejo Populacional de Cães e Gatos.....	19
Figura 3 - Reunião para deliberação sobre o encaminhamento dos cães envolvidos no ataque à Unidade de Vigilância de Zoonoses municipal	20
Figura 2 - Repercussão social decorrente do ataque simultâneo de múltiplos cães a um idoso no campus, ocorrido em 15 de setembro de 2023.	20
Figura 4 - Operação de captura de cães no campus universitário.	21
Figura 5 - Planta baixa proposta para a casa do Miau.	24
Figura 6 - Atividade de monitoramento dos cães sendo realizada pela equipe do Miau em testes iniciais do aplicativo Miau Monitoramento.....	30
Figura 7 - Interface do aplicativo Miau Monitoramento: à esquerda, tela inicial do sistema; à direita, tela de cadastro individual de cão.....	31
Figura 8 - Mapa georreferenciado no aplicativo Miau Monitoramento com marcações dos pontos de avistamento de cães registrados durante as rondas no campus.	32
Figura 9 - Coleira utilizada como método de identificação pelo Miau.	35
Figura 10 - Cadela “Pink” utilizando coleira de identificação visual durante ação de vacinação no eixo de manejo sanitário.	36
Figura 11 - Sacola de ração rasgada e descartada no chão em área pública, ilustrando prática inadequada de oferta e descarte de alimento para cães.	48
Figura 12 - Bandeja contendo ração exposta ao ar livre, molhada pela chuva, evidenciando manejo alimentar inadequado em área externa.....	48
Figura 13 - Presença de pombos ao redor de ração disposta diretamente no solo associado à oferta inadequada de alimento em área pública.....	49
Figura 14 - Comedouros confeccionados em cano de PVC, dotados de cobertura e tampa, desenvolvidos para restringir o acesso de aves e outros animais ao alimento disponibilizado aos cães.	50
Figura 15 - Comedouro contendo retalhos de carne.....	51
Figura 16 - Ação de vacinação antirrábica realizada no campus em 2024.....	55
Figura 17 - Cadela identificada no campus com características sugestivas de gestação ou lactação, evidenciando a persistência de eventos reprodutivos apesar das ações de manejo implementadas.....	60

Figura 18 - Ninhada de filhotes nascidos no campus em 2025, ilustrando a necessidade de medidas mais efetivas de controle populacional.	60
Figura 19 - Logo do programa Miau.	61
Figura 20 - Reprodução de notícia publicada no portal institucional da UFV referente ao Programa de Manejo Integrado de Animais, 2025.	62
Figura 21 - Realização da Cãominhada no campus da UFV, 2025.	63
Figura 22 – Participação do programa Miau no SIA. UFV, 2025.	64
Figura 23 - Visita ao local de captura de cães para realização de protocolo CED no minicurso realizado no Integravet. UFV, 2025.	65
Figura 24 - Cartaz de divulgação do Acolhimento, 2025.	66
Figura 25 - Participação do Miau em parceria com a Liga Acadêmica de Saúde Única no Circuito Saúde, Lazer e Bem-Estar Animal, promovido pela Prefeitura de Viçosa. Viçosa, 2025.	67
Figura 26 - Visita à Casa do Miau realizada no âmbito da disciplina de Práticas em Sanidade Animal. UFV, 2025.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de cães de acordo com sexo segundo faixa etária.	33
Tabela 2 – Número de avistamentos de cães em rondas de acordo com sexo, faixa etária e estado reprodutivo segundo escore corporal.....	33
Tabela 3 – Número de rondas de cada cão com o intervalo em dias e meses entre o primeiro e último avistamento.	34
Tabela 4: Perfil das ocorrências de ataques de cães no campus da UFV, segundo local, período do dia e distribuição anual (2022–2025).	46
Tabela 5: Número de animais atendidos no HOV de acordo com o tipo e ano de atendimento.	56
Tabela 6: Número de castrações realizadas pelo HOV nos anos de 2024 e 2025.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da equipe do Miau de acordo com o vínculo, formação acadêmica, número e carga horária semanal desenvolvida no Miau, Viçosa-MG, 2025.....	26
Quadro 2: Perfil dos cães inseridos no manejo comportamental do Programa Miau, Viçosa-MG, 2023-2025.....	43
Quadro 3: Matriz SWOT.....	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Apresentação do problema	11
1.2. Revisão de literatura.....	12
1.3. Objetivo geral	13
1.3.1. Objetivos específicos	13
2. METODOLOGIA.....	13
2.1. Local e período de estudo	13
2.2. Objeto de estudo	14
2.3. Construção dos dados.....	14
2.4. Análise de dados.....	15
2.5. Aspectos legais e éticos	16
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
3.1. Antecedentes	17
3.2. O Programa de Manejo Integrado de Animais da UFV - Miau	22
3.3. Vigilância.....	27
3.4. Manejo comportamental	39
3.5. Manejo alimentar.....	47
3.6. Manejo Sanitário	53
3.7. Manejo Reprodutivo	58
3.8. Educação e Comunicação.....	61
3.9. Análise do impacto das ações	69
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	78
APÊNDICE A – Ficha de cadastro dos cães do campus.	78
ANEXOS	80
ANEXO A – Programação da Conferência de Manejo Populacional de Cães e Gatos de Viçosa e região.	80
ANEXO B - PORTARIA No 0208/2024 de 26/03/2024.	83

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do problema

A superpopulação de cães e gatos em áreas urbanas é uma realidade enfrentada por municípios de todos os portes no Brasil. Grande parte desses animais vive em situação de abandono, exposta à fome, doenças, maus-tratos e riscos diversos (WOAH, 2019). Embora existam diretrizes legais voltadas ao controle populacional e à proteção animal, a ausência de um sistema eficaz de registro e fiscalização, aliada à insuficiência das ações de castração e adoção, compromete a efetividade das políticas públicas (MPMG, 2019). Nesse cenário, os campi universitários, principalmente aqueles inseridos em áreas urbanas, tornam-se frequentemente refúgios para animais errantes, que passam a conviver com a comunidade acadêmica e com a fauna silvestre (Oliveira, 2019; Bicalho et al., 2021). A presença desordenada desses animais nos espaços universitários acarreta impactos diversos, como acidentes, transmissão de zoonoses, conflitos com a fauna nativa e situações de sofrimento tanto animal quanto humano. Diante da ausência de políticas públicas municipais efetivas, algumas universidades brasileiras vêm assumindo a responsabilidade de implementar programas institucionais de manejo ético e humanitário. Exemplos disso são as iniciativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a criação de sua comissão de políticas de animais em 2018, e da Universidade Federal de Lavras (UFLA), com a Comissão Permanente de Políticas de Animais em 2022 (Bicalho et al., 2021; UFLA, 2022). Seguindo essa tendência, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) instituiu, em 2023, o Programa de Manejo Integrado de Animais (Miau), com o objetivo de organizar e executar ações voltadas ao controle populacional, promoção do bem-estar animal e educação comunitária. Diante da importância crescente de ações institucionais voltadas ao manejo de animais em campi universitários, o presente projeto tem como objetivo analisar as estratégias de manejo de cães realizadas pelo Miau, bem como avaliar os conflitos gerados por esses animais e os impactos das ações implementadas na UFV campus Viçosa. A pesquisa busca contribuir com a produção de conhecimento técnico-científico que oriente políticas de convivência responsável entre humanos e animais em ambientes universitários.

1.2. Revisão de literatura

O crescimento de populações animais nos meios urbanos é uma realidade nos municípios brasileiros. No entanto, as condições em que se encontram grande parte dessas populações, especialmente aquelas abandonadas nas ruas, têm estimulado ações de Organizações da Sociedade Civil (OSC), de ativistas autônomos e do setor público, voltadas à melhoria da qualidade de vida desses animais. Apesar de existirem diretrizes legais no estado de Minas Gerais, como a Lei nº 21.970, de 15/01/2016 que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos, a ausência de um sistema eficaz de registro e fiscalização compromete as políticas públicas. As ações de castração e adoção, embora importantes, são insuficientes diante da reprodução contínua e da superlotação nos centros de acolhimento. Para uma política eficiente, é necessário um diagnóstico inicial e programas que atuem nas causas do problema, e não apenas nos sintomas. (MPMG, 2019).

Uma superpopulação de cães de rua ocorre quando a quantidade de animais sem tutor em um ambiente urbano excede a capacidade desse ambiente de oferecer alimento, água, abrigo, manejo sanitário eficaz e aceitação social. Isso gera problemas de saúde pública, bem-estar animal e equilíbrio ambiental (WOAH, 2019). No Brasil, devido à superpopulação de animais em situação de rua e à falta de políticas públicas eficazes para conter o abandono, muitos desses animais são deixados em campi universitários, muitas vezes localizados em áreas urbanas com estrutura semelhante à de municípios e que também sofrem com os impactos da superpopulação de cães e gatos, que além de comprometer o bem-estar desses animais, também afeta negativamente a fauna silvestre e gera conflitos com a comunidade acadêmica (Oliveira, 2019; Bicalho et al., 2021).

Os Programas de manejos ético-humanitários de cães em situação de rua usam estratégias voltadas ao controle populacional e à promoção do bem-estar animal, com base em princípios éticos, legais e sustentáveis. Envolvem ações como captura, esterilização, vacinação e devolução, adoção responsável, educação da população, vigilância de zoonoses e atuação com respaldo institucional (MPMG, 2019). Apesar disso, o manejo ético humanitário institucionalizado ainda é raro nas universidades brasileiras. Embora os campi não sejam locais adequados para esses animais, diante da realidade do abandono, as instituições podem e devem adotar medidas para garantir o bem-estar animal, a segurança da comunidade e a redução de riscos à saúde coletiva.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criou, em 2018, de forma pioneira, uma comissão para formular e instituir as políticas de animais da UFMG e passou a gerenciar,

de forma humanitária e ética, a população de cães e gatos em situação de rua em seus campi, além de monitorar a fauna silvestre, baseada na política “No Kill”, que no Brasil reflete na legislação de alguns estados e municípios que proíbe a eliminação de animais aparentemente saudáveis (Bicalho et al., 2021; Garcia, 2009). Em 2022, foi criada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) a Comissão Permanente de Políticas de Animais, uma equipe multidisciplinar designada pela Reitoria que gerencia projetos e promove ações institucionais com o objetivo de proporcionar um tratamento adequado à população de animais errantes na Universidade (UFLA, 2022). Em 2023, a UFV compôs uma comissão técnica e elaborou o Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa (Miau). O programa Miau é composto por seis projetos que abrangem tanto o manejo dos animais quanto ações educativas voltadas à comunidade do campus Viçosa, sendo eles: Manejo sanitário, reprodutivo, comportamental e alimentar; educação e comunicação; vigilância; além de contar com uma comissão gestora (UFV, 2025).

1.3. Objetivo geral

Analisar as estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa.

1.3.1. Objetivos específicos

- Descrever as estratégias de manejo de cães pelo Miau.
- Avaliar o perfil de ocorrências de conflitos causados por cães no campus Viçosa.
- Analisar o impacto das ações do Miau no campus Viçosa.

2. METODOLOGIA

2.1. Local e período de estudo

O estudo foi desenvolvido no campus Viçosa da Universidade Federal de Viçosa (UFV), tendo como principais espaços de atuação a Casa do Miau e as áreas internas do campus onde ocorrem as ações de manejo e vigilância. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de inserção ativa do pesquisador no programa, iniciado em fevereiro de 2025, quando passou a atuar formalmente como monitor nível II até dezembro de 2025. As etapas do estudo foram

realizadas na Casa do Miau, onde se concentram as atividades administrativas, sanitárias e de manejo direto, e nas diferentes áreas do campus Viçosa, onde ocorrem as rondas, monitoramento e registros de ocorrências envolvendo cães. Essa combinação de espaços permitiu integrar análise operacional, observação comportamental e avaliação institucional das ações implementadas.

2.2. Objeto de estudo

O objeto de estudo desta dissertação foi o conjunto de ações planejadas e executadas no campus Viçosa da Universidade Federal de Viçosa, por meio do Programa de Manejo Integrado de Animais (Miau), considerando seu processo de criação, execução e impactos observados.

2.3. Construção dos dados

A abordagem metodológica incluiu observação participante e análise de documentos. A observação participante foi realizada pela inserção real do pesquisador nas relações e atividades do campo de estudo. Segundo Gil (2008), entre as principais vantagens dessa técnica destacam-se a rapidez no acesso a dados relativos a situações habituais vivenciadas pelos agentes envolvidos, a possibilidade de obtenção de informações consideradas de domínio restrito e a compreensão da linguagem e das práticas que acompanham o comportamento dos observados. Por outro lado, a observação participante apresenta limitações relacionadas às posições ocupadas no campo, especialmente em contextos institucionalmente estratificados, como o universitário, nos quais podem existir barreiras formais e informais de acesso a determinados setores ou instâncias decisórias.

Os cenários de observação compreenderam as ações realizadas no campus, as reuniões da equipe, os momentos de planejamento na Casa do Miau, os treinamentos dos estagiários, o processo de criação e implementação do aplicativo de cadastro e rondas Miau Monitoramento, a elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), o acompanhamento das atividades desenvolvidas na Casa, os relatos dos membros do programa e as visitas ao Hospital Veterinário do Departamento de Veterinária.

O primeiro contato com o Miau ocorreu em fevereiro de 2025, quando o pesquisador assumiu a função de monitor, passando a integrar diretamente as atividades operacionais do programa, incluindo participação em rondas, organização e consolidação do banco de dados e acompanhamento das adaptações implementadas, especialmente no eixo de Vigilância. Essa

inserção possibilitou acompanhamento contínuo da dinâmica populacional dos cães no campus e das estratégias institucionais adotadas.

As fontes documentais incluíram os registros em planilhas internas do Miau, o caderno de campo do pesquisador, as fichas clínicas do Hospital Veterinário, os dados provenientes da vigilância universitária e as informações sistematizadas no banco de dados do Miau Monitoramento. No que se refere às fichas do Hospital Veterinário, foram acessados os prontuários dos animais atendidos no período de 2024 e 2025, sendo coletadas informações relativas ao sexo dos animais, ao tipo de atendimento realizado (clínico, cirúrgico, emergencial, entre outros) e ao ano do atendimento. As fichas da vigilância universitária corresponderam aos boletins de ocorrência registrados no campus. Foram analisados os descritivos das ocorrências envolvendo cães, bem como a consolidação do número de registros por ano. Complementarmente, foi realizada pesquisa de notícias em meios digitais no período de 2014 a 2025, visando identificar a repercussão pública dos episódios relacionados aos cães no campus e no município.

2.4. Análise de dados

Os dados construídos na observação participante foram sistematizados em planilhas e anotações de campo, que foram organizadas de acordo com cada eixo temático do Programa Miau e analisadas por meio da avaliação entre o que foi planejado, o que foi realizado e o que a literatura científica aponta sobre cada ação. De forma que a análise não buscou estabelecer quais atividades estavam certas ou erradas, ou quais ações apresentaram sucesso ou fracasso. As análises focaram em um processo descritivo e interpretativo, orientado pelas questões: o que e por quê? Em uma relação dialógica, buscou-se trazer não apenas “o que” foi planejado e realizado, mas também apresentar os “porquês” como interpretação de um contexto social mais amplo, e não apenas como desculpas ou justificativas. Ou seja, abandona-se a abordagem epidemiológica clássica, baseada em causa e efeito, para aproximar-se de uma perspectiva de epidemiologia social, que busca entender a problemática dos cães de rua em campus universitários como um fenômeno social complexo e multifacetado, que demanda soluções tão complexas quanto o próprio problema.

As fichas dos atendimentos dos cães no Hospital Veterinário foram utilizadas para caracterizar o perfil dos casos acompanhados e identificar padrões de demanda assistencial ao longo do período analisado. As ocorrências dos ataques de cães, fornecida pela vigilância da UFV foram analisadas de forma a comparar a frequência e a evolução desses eventos ao longo

do tempo, com o objetivo de compreender a dimensão do problema sob a perspectiva da segurança institucional e da percepção de risco pela comunidade acadêmica. As informações colhidas das mídias digitais foram inseridas de forma complementar para contextualizar os dados institucionais dentro de um panorama social mais amplo, evidenciando momentos de maior visibilidade do tema e sua influência sobre decisões administrativas e políticas.

Para a análise estratégica do programa foi empregada a análise SWOT como ferramenta metodológica de apoio à interpretação dos dados e à compreensão institucional do Miau. A Análise SWOT integra o processo de gestão estratégica ao possibilitar a identificação sistemática das forças (strengths) e fraquezas (weaknesses), elementos internos à organização, bem como das oportunidades (opportunities) e ameaças (threats), fatores externos relacionados ao ambiente no qual a instituição está inserida. Trata-se de uma ferramenta que favorece a articulação entre realidade interna e contexto externo, permitindo avaliar como recursos, capacidades institucionais e limitações estruturais interagem com variáveis sociais, políticas, econômicas e ambientais (Gürel e Tat, 2017). A escolha dessa abordagem fundamenta-se em sua ampla utilização no campo da gestão estratégica como instrumento de análise situacional, permitindo examinar de forma integrada fatores internos e externos que influenciam o funcionamento de uma organização ou projeto.

2.5. Aspectos legais e éticos

No que se refere aos aspectos éticos, todas as ações descritas integraram atividades institucionais previamente estabelecidas, voltadas ao cuidado, controle sanitário e monitoramento populacional dos cães do campus, não havendo intervenções experimentais ou manipulação adicional, motivo pelo qual não foi necessária a submissão do estudo ao Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA). Da mesma forma, quanto às fontes documentais, os dados extraídos das fichas clínicas e dos registros institucionais não continham informações pessoais sensíveis, uma vez que os animais analisados eram cadastrados como animais do campus vinculados ao Miau, sem identificação de responsáveis individuais, portanto também não houve necessidade de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), preservando-se, ainda assim, os princípios de confidencialidade, responsabilidade institucional e uso ético das informações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Antecedentes

Para compreender a trajetória do Miau, foi necessário contextualizar a dinâmica histórica dos problemas envolvendo cães de rua em Viçosa, Minas Gerais, especialmente no entorno e no interior do campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A configuração territorial e administrativa da UFV contribui diretamente para essa dinâmica. Localizada próxima ao centro comercial e administrativo do município, a instituição integra a rotina não apenas da comunidade acadêmica, mas também de pessoas que transitam pelo espaço para lazer, prática esportiva e trabalho. Trata-se de um campus aberto, sem barreiras físicas que impeçam a entrada de animais, e com extensas áreas de mata interligadas por vias internas, o que favorece o deslocamento e a permanência de cães.

Essa permeabilidade física e simbólica reforça a integração entre universidade e cidade, aproximando o campus do tecido urbano e diluindo a ideia de espaço isolado ou autossuficiente, assumindo características de comunidade aberta, compartilhando com o município infraestrutura, fluxos de pedestres e veículos, áreas verdes e espaços de convivência (Motta et al., 2018).

Essas características tornam o campus um ambiente propício à permanência desses animais e intensificam o fluxo migratório entre a cidade e a universidade, evidenciando que as ações de manejo são, na prática, indissociáveis das políticas municipais de controle populacional. Até o ano de 2014, existia uma parceria formal entre a Prefeitura Municipal de Viçosa e o Departamento de Veterinária da UFV (DVT) para a manutenção dos cães recolhidos nas vias públicas no canil do departamento, conhecido como Canil Municipal. O local recebia animais capturados não apenas em Viçosa, mas também dos nove municípios da microrregião. Nesse espaço, os cães mantidos eram utilizados em atividades práticas de ensino e experimentais do DVT. Contudo, o não cumprimento de cláusulas estabelecidas no acordo de cooperação, tanto por parte do poder público quanto do departamento, levou a mudanças sucessivas na gestão do espaço, culminando em seu fechamento após mobilização de protetores da causa animal.

Com o encerramento das atividades do canil, o município de Viçosa e cidades vizinhas ficaram sem referência institucional para o encaminhamento de cães recolhidos, ao mesmo tempo em que não foram implementadas políticas públicas estruturadas para controle populacional ou construção de nova unidade de manejo na microrregião. Segundo relatos de

funcionários da universidade, os abandonos no campus persistiram e, em alguns casos, intensificaram-se, com relatos de municípios da região transportando cães em caminhonetes e abandonando-os nas imediações da universidade.

Na ausência de ações coordenadas e diante do crescimento progressivo da população canina, tornaram-se recorrentes episódios de ataques a pessoas. Em resposta, parte da população civil passou a adotar medidas extremas, sendo registradas ondas de envenenamento que reduziram temporariamente o número de cães.

Entretanto, a simples remoção de animais não foi capaz de promover um controle populacional duradouro. Quando a população local é reduzida para níveis inferiores à capacidade de suporte do ambiente, pode ocorrer o chamado efeito vácuo. Esse fenômeno consiste na recolonização da área por novos indivíduos em razão da permanência desses recursos disponíveis, fazendo com que a redução temporária do número de animais seja seguida por um novo aumento populacional (Boone, 2015).

Durante anos, estabeleceu-se essa dinâmica cíclica, caracterizada pelo crescimento populacional associado ao abandono, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela redução pontual do número de animais por meio de envenenamentos, sem que houvesse uma solução estrutural para o problema.

Relatos de vigilantes indicam que, durante a pandemia de COVID-19, com o esvaziamento do campus, houve alteração no comportamento dos cães, com intensificação do territorialismo e aumento da agressividade, o que contribuiu para o aumento de episódios de ataques, após o retorno das atividades presenciais no campus. Esses eventos aprofundaram tensões entre organizações da sociedade civil de proteção animal, protetores independentes, Prefeitura Municipal e comunidade acadêmica. Enquanto o canil esteve ativo dentro da UFV, ainda que não representasse solução para o problema, havia percepção de algum nível de controle institucional. Com seu fechamento, a UFV deixou de ocupar posição central na gestão do problema, mantendo apenas ações pontuais, como a realização de castrações pelo Hospital Veterinário do Departamento de Veterinária (HOV) e iniciativas educativas isoladas, como elaboração de cartilhas sobre posse responsável pelo Departamento de Educação, entre outros. Esse cenário gerou crescente cobrança para que a UFV assumisse papel mais ativo no enfrentamento da questão no campus.

Dentre as ações institucionais, destacou-se a reunião realizada em 25 de setembro de 2021, quando o Departamento de Veterinária (DVT), a pedido da Reitoria, apresentou uma proposta para estruturar ações voltadas ao manejo da população canina, mas entraves orçamentários e operacionais impediram sua implementação naquele momento.

Posteriormente, houve agravamento do problema com uma série de ataques a motoboys no campus o que gerou ampla comoção popular, culminando na realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa, em 18 de maio de 2023.

Na audiência, a UFV foi convocada a esclarecer quais providências seriam adotadas diante dos episódios de ataques de cães no campus. Como um dos encaminhamentos dessa audiência, decidiu-se que o município sediaria uma conferência regional para reunir especialistas e discutir estratégias e políticas públicas relacionadas à gestão de cães de rua. A conferência, sediada no Espaço Acadêmico Cultural Fernando Sabino no campus da UFV (Figura 1), ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2023, ocasião em que foi apresentada e discutida a experiência de outros municípios e campus universitários, e culminou com o compromisso de nomeação de uma comissão da UFV para elaboração de estratégias institucionais para o enfrentamento do problema (Anexo 1).

Figura 1 - Folder de divulgação da Conferência Regional de Manejo Populacional de Cães e Gatos.



Fonte: Divulgação, 2023.

Um marco decisivo ocorreu em 15 de setembro de 2023, após ataque simultâneo de múltiplos cães a um idoso no campus, episódio que gerou intensa repercussão social (Figura 2). Diante da gravidade da situação, a Reitoria da UFV instituiu medida emergencial e, em 20 de setembro de 2023, foi realizada reunião conjunta entre representantes da UFV, da Prefeitura Municipal de Viçosa e da Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais (SOVIPA), na qual se deliberou que os cães envolvidos no ataque seriam encaminhados à Unidade de Vigilância de Zoonoses do município, inaugurada em julho daquele mesmo ano (Figura 3).

Figura 2 - Repercussão social decorrente do ataque simultâneo de múltiplos cães a um idoso no campus, ocorrido em 15 de setembro de 2023.

Polícia, Viçosa

Viçosa: Idoso é atacado por cães durante caminhada



18 de setembro de 2023

[Home](#) > [Polícia](#) > Viçosa: Idoso é atacado por cães durante caminhada



O ataque ocorreu próximo à UFV, levantando preocupações sobre a presença de cães abandonados nas ruas da cidade.

Fonte: Adaptado de Viçosa: Idoso é atacado por cães durante caminhada, Primeiro a Saber, 18 de setembro de 2023. Disponível em: <https://primeiroasaber.com.br/2023/09/18/vicosa-idoso-e-atacado-por-caes-durante-caminhada/>. Acesso em: 15/02/2026.

Figura 3 - Reunião para deliberação sobre o encaminhamento dos cães envolvidos no ataque à Unidade de Vigilância de Zoonoses municipal

INSTITUCIONAL

Campus Viçosa

Reunião na UFV decide ação emergencial para evitar ataques de cães no campus

20/09/2023



A reunião aconteceu na reitoria

acontecer no início de 2024. O programa foi criado pela Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna (Cedef) e vem sendo executado em parceria com as promotorias de justiça. Essa articulação busca a adequação às leis federal e estadual que dispõem sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos. Viçosa está entre os mais de 100 municípios mineiros que aderiram ao Prodevida.

Em uma reunião, nessa terça-feira (19), na reitoria, representantes da UFV, da prefeitura de Viçosa e da Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais (Sovipa) decidiram pela adoção de uma ação emergencial para evitar que novos ataques de cães ocorram no campus universitário. A alternativa pensada conjuntamente é provisória e deverá entrar em vigor a partir desta quinta-feira (21). A expectativa é que ela perdure até a implantação, em Viçosa, do Programa Regional em Defesa da Vida Animal (Prodevida), o que deverá

Fonte: Adaptado de *Reunião na UFV decide ação emergencial para evitar ataques de cães no campus, Universidade Federal de Viçosa* (Publicação oficial do portal de notícias da UFV, 20 de setembro de 2023). Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=40501&link=corpo>. Acesso em: 12/02/2026.

Como parte dessa ação emergencial, foram identificados e capturados nove cães associados aos episódios de ataques e a comportamentos recorrentes de perseguição a pedestres, veículos e ciclistas. As capturas foram realizadas por equipe formada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros da UFV e Divisão de Vigilância (DVG) do campus, que dispunham de equipamentos adequados para contenção e transporte seguro, garantindo maior controle técnico e redução de riscos durante as intervenções (Figuras 4).

Figura 4 - Operação de captura de cães no campus universitário.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2023).

O processo de captura, entretanto, ocorreu sob clima de tensão social, marcado por rumores de que a UFV pretendia “fazer desaparecer” os cães do campus, o que gerou mobilização contrária à remoção dos cães. Diante desse contexto, foram estabelecidos diálogos com as OSC’s Causa Animal e SOVIPA, e com membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Viçosa (COMDEA), assegurando acompanhamento e supervisão das ações de captura, transporte e alojamento. A participação dessas entidades conferiu maior transparência ao processo, reduziu resistências e contribuiu para a mediação de conflitos, além de facilitar a condução de alguns animais que já possuíam vínculo prévio com protetores locais, diminuindo o estresse e a necessidade de intervenções mais invasivas.

Esse conjunto de eventos, marcado por descontinuidade institucional, conflitos sociais, episódios de violência e crescente pressão pública, constituiu o pano de fundo histórico que levou à formulação de uma proposta estruturada de manejo de cães de rua, culminando posteriormente na criação do Miau como estratégia institucional de enfrentamento do problema.

3.2. O Programa de Manejo Integrado de Animais da UFV - Miau

Em 2024, a UFV formalizou a comissão responsável pela elaboração do programa por meio da Portaria nº 0208/2024, de 26 de março de 2024, com o objetivo de consolidar um planejamento sistemático e estabelecer uma política institucional de manejo (Anexo 2). Em sua composição inicial, a comissão contou com representantes da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), responsável pelas políticas de assistência, saúde e qualidade de vida da comunidade universitária; da Pró-Reitoria de Administração (PAD), responsável pelo suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo segurança patrimonial e infraestrutura; da Diretoria de Comunicação Institucional (DCI), vinculada à Reitoria e responsável pela difusão das ações institucionais; do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMDEA) de Viçosa, órgão colegiado consultivo, deliberativo e fiscalizador que atua como ponte entre sociedade civil e poder público municipal; e do Departamento de Veterinária (DVT) da UFV. Desta forma foi instituído o Programa de Manejo Integrado de Animais (Miau), gerido pela comissão técnica responsável por estruturar diretrizes, fluxos operacionais e estratégias de intervenção voltadas ao manejo ético e sanitário dos animais presentes no campus Viçosa. Posteriormente, no ano de 2025, foi incorporada à comissão uma representante do Hospital Veterinário (HOV) do DVT, ampliando o suporte às ações propostas.

A criação da comissão evidenciou o reconhecimento institucional de que a problemática extrapolava a dimensão exclusivamente sanitária, envolvendo aspectos sociais, administrativos, comunicacionais e de articulação com o poder público municipal. A atuação da comissão tem sido renovada a cada 180 dias desde sua criação, o que demonstra o caráter dinâmico e continuidade administrativa do programa.

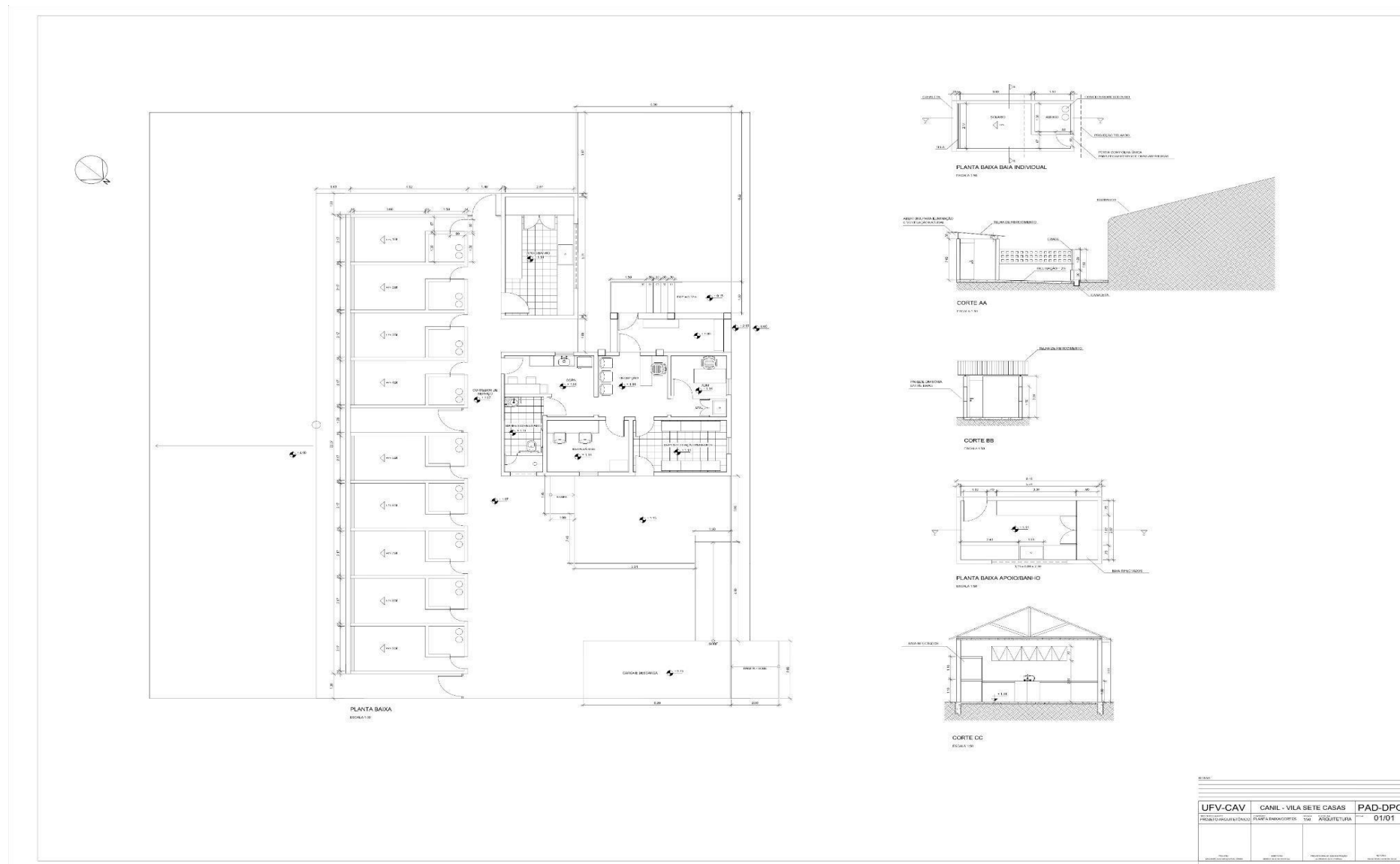
O desenho inicial do programa foi estruturado em seis eixos interdependentes: Vigilância, manejo sanitário, manejo reprodutivo, manejo comportamental, manejo alimentar, e educação e comunicação, coordenados pela comissão gestora. Desde sua concepção, o programa buscou estabelecer objetivos bem definidos, definir fluxos operacionais e propor indicadores de monitoramento, sinalizando a transição de ações pontuais e reativas para uma política institucional planejada e baseada em critérios técnicos. A criação do Miau, portanto,

representou não apenas uma resposta a conflitos imediatos, mas um movimento institucional de reconhecimento da complexidade do problema e da necessidade de abordagem integrada e sistematizada.

A estruturação do Miau, instituída pela UFV, envolveu não apenas a formalização administrativa da comissão gestora, mas também a criação de uma infraestrutura física própria para execução das ações planejadas. Para esse fim, foi destinada uma residência localizada na Rua das Sete Casas, dentro do campus Viçosa, que passou por reforma e adequação estrutural para atender às demandas operacionais do programa. A denominada “Casa do Miau” foi organizada de modo a contemplar tanto as atividades administrativas quanto as de manejo direto e alojamento dos animais.

A estrutura interna da residência foi adaptada em recepção, sala administrativa, sala destinada a estagiários e bolsistas, almoxarifado, cozinha e banheiro. Anexa à casa principal, Foi construído um canil composto por 11 baias individuais de alvenaria e pisos de cimento de fácil higienização, cada uma estruturada com área coberta (quarto) e área externa (solário), permitindo maior controle sanitário e manejo individualizado dos cães, em conformidade com o guia de *Políticas de Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos em Minas Gerais (2019)* (Figura 5).

Figura 5 - Planta baixa proposta para a casa do Miau.



Fonte: Ufv, 2024.

O complexo conta ainda com uma área específica para apoio operacional, composta por depósito de materiais de limpeza (DML), além de uma sala de apoio contendo cinco boxes de isolamento com portas de vidro, duas bancadas de apoio, lavatório para banho de cães e chuveiro elétrico. Essa área foi projetada para possibilitar manejo sanitário, isolamento de animais recém-capturados ou em observação clínica e realização de procedimentos básicos. O espaço inclui também garagem e área externa fechada, destinada à soltura controlada dos cães, favorecendo enriquecimento ambiental e manejo comportamental.

A reforma da residência e a construção das estruturas anexas representaram investimento institucional aproximado de R\$190.000,00. Esse aporte evidencia o comprometimento formal da UFV com a implementação do programa, sinalizando que a proposta ultrapassou o campo discursivo e foi materializada em infraestrutura permanente. Além do investimento direto da UFV, o programa contou, desde o início, com apoio da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), instituição de apoio vinculada à UFV. Por meio do Supermercado Escola, a Funarbe garantiu o fornecimento de alimentação para os cães mantidos na Casa do Miau. Também foram disponibilizados pela Funarbe, durante o primeiro ano de funcionamento, vacinas, vermífugos, petiscos e ração úmida, assegurando suporte inicial às ações sanitárias e de bem-estar.

No que se refere ao quadro de pessoal, o programa estrutura-se a partir de diferentes modalidades de vínculo institucional. Além da comissão gestora, o programa passou a contar com suporte técnico especializado, incluindo uma médica veterinária, técnica de nível superior, com carga horária de 20 horas semanais destinadas exclusivamente ao Miau. A presença de profissional dedicada conferiu respaldo técnico às decisões relacionadas ao manejo sanitário, protocolos clínicos, vacinação, vermifugação e acompanhamento dos animais, contribuindo para a padronização das condutas e maior segurança nas intervenções. Conta com um bolsista de nível superior na modalidade Monitor nível II. Esta modalidade é exercida por estudantes regularmente matriculados em programas de pós-graduação ou em estágio pós-doutoral na UFV, sob orientação docente, tendo como objetivos o aprimoramento didático-científico, a formação para a docência e o apoio às atividades acadêmicas. No âmbito do Miau, essa função é desempenhada por médico veterinário e envolve participação nas rondas, organização de banco de dados, acompanhamento das rotinas operacionais e apoio na sistematização das informações. Adicionalmente, o programa conta com bolsistas da modalidade Bolsa de Aprendizagem e Aprimoramento Profissional (BAAP), destinada a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com atuação em atividades acadêmicas e

administrativas que contribuem tanto para a permanência estudantil quanto para sua formação profissional e, bolsistas de atividade.

O programa também contou com dois médicos veterinários voluntários vinculados ao Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP) do DVT, que colaboraram nas atividades de manejo comportamental e sanitário, e de diversos estagiários voluntários provenientes dos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Comunicação Social - Jornalismo, Medicina Veterinária e Zootecnia. O quantitativo desses estagiários variou ao longo dos semestres letivos e períodos de férias acadêmicas, conforme a disponibilidade discente, num total de 63 estudantes, tendo alcançado o número de 24 estagiários atuando simultaneamente em julho de 2025. Esse contingente evidenciou tanto o caráter multidisciplinar do programa quanto o interesse crescente da comunidade estudantil pelas atividades desenvolvidas pelo Miau. As atividades desenvolvidas por esses estudantes incluíram apoio a todos os eixos de atuação, com a realização de rondas, trato diário aos cães recolhidos, organização de materiais, produção de conteúdo informativo e suporte às ações educativas.

O programa também contou com o apoio dos médicos veterinários residentes do Programa de Residência em Medicina Veterinária do Departamento de Veterinária, especialmente no âmbito das disciplinas relacionadas à Saúde Coletiva, fortalecendo a integração entre ensino, extensão e serviço (Quadro 1).

Quadro 1 - Composição da equipe do Miau de acordo com o vínculo, formação acadêmica, número e carga horária semanal desenvolvida no Miau, Viçosa-MG, 2025.

VÍNCULO	FORMAÇÃO	NÚMERO	CARGA-HORÁRIA SEMANAL
Técnico de nível superior	Médica Veterinária	01	20h
Monitor nível II	Estudante de pós-graduação	01	12h
PAP	Médico(a) Veterinário(a)	02	20h
Residentes	Médico(a) Veterinário(a)	Variável	Variável
BAAP	Estudante de graduação	08	8h
Estagiários voluntários	Estudante de graduação	Variável	Variável

A implantação da estrutura física e a constituição da equipe representou, portanto, etapa fundamental para a consolidação do programa, permitindo a operacionalização das estratégias planejadas e conferindo maior autonomia institucional às ações de manejo. Sob a perspectiva analítica, a implantação da Casa do Miau constitui marco concreto da transição de uma situação de manejo informal e reativo para uma política institucional estruturada, com espaço próprio, equipe designada e recursos materiais definidos.

3.3. Vigilância

No planejamento do programa, o eixo de Vigilância foi concebido como o componente responsável pelo reconhecimento do território do campus e pela caracterização da população canina nele presente, considerando também a forma como esses animais estavam inseridos no ambiente e as interações estabelecidas com a comunidade acadêmica e com os demais usuários do espaço. Esse formato de vigilância foi estruturado de modo a permitir uma compreensão integrada da dinâmica populacional e dos eventos comportamentais que se relacionam ao contexto ambiental e às relações humano-animal estabelecidas no campus. Para tanto, sua organização foi definida em quatro etapas sequenciais e interdependentes, com os objetivos de subsidiar tecnicamente as ações e fornecer dados para a avaliação dos demais eixos do programa.

Na primeira etapa, foi previsto um diagnóstico situacional inicial, por meio de visitas sistemáticas aos setores e departamentos do campus, com contagem direta dos animais observados e registro fotográfico, a fim de evitar duplicidade de registros. A proposta incluía a criação de uma ficha individual impressa para cada cão, contemplando informações como padrão de pelagem, sexo, estado reprodutivo, idade estimada e comportamento. A partir desses dados, seria possível realizar a caracterização demográfica da população e sua distribuição geográfica, com posterior elaboração de mapas e infográficos. Também foi planejada uma análise do território circunjacente, considerando características físicas do perímetro do campus, como portarias, cercamentos e vias de acesso, com o objetivo de compreender sua influência na dinâmica populacional de animais transfronteiriços.

A segunda etapa previa a identificação individual dos cães por meio de microchipagem, especialmente daqueles submetidos a qualquer intervenção do programa, como castração, recolhimento ou registro como cão comunitário ou do campus. Optou-se, no planejamento, pelo uso de microchips com tecnologia NFC, que permitiriam leitura por meio de dispositivos

móveis, dispensando leitores específicos e possibilitando a inserção e edição de informações digitais associadas ao animal.

Na terceira etapa, foi proposta a sistematização dos dados em banco de dados digital, com atualização periódica das informações referentes aos animais e ao espaço territorial. O planejamento estabelecia a classificação dos cães em três categorias: animais do campus, definidos como aqueles cães que permanecem no campus há pelo menos seis meses; cães comunitários do campus, caracterizados por permanecerem no campus há pelo menos seis meses e receberem de cuidados constantes da comunidade e pela existência de um ou mais mantenedores de referência responsáveis pelo acompanhamento e bem-estar do animal; e cães errantes, que não atendessem aos critérios das categorias anteriores, sendo observados apenas ocasionalmente no campus, sem permanência contínua ou vínculo estabelecido com a comunidade local. Também estava prevista a criação de um ponto de acesso digital às informações registradas, na forma de aplicativo, website ou sistema online, destinada ao armazenamento e à consulta das informações registradas. Essa ferramenta permitiria à comunidade universitária acessar dados básicos dos animais monitorados, contribuindo para a transparência das ações e para o acompanhamento contínuo da população canina do campus.

A quarta etapa consistia na utilização do banco de dados como ferramenta para monitoramento contínuo e avaliação de indicadores relacionados ao bem-estar animal, saúde pública, cuidados prestados, recursos utilizados, densidade populacional, estabilização da população e interação com a fauna local. Dessa forma, o eixo de Vigilância foi planejado como base estruturante para o acompanhamento longitudinal da população canina no campus, além do ambiente e das relações humano-animal.

Foi realizado em 2024 o primeiro diagnóstico sistematizado da população de cães no campus sob responsabilidade do programa, conduzido por bolsistas e estagiários voluntários por meio de rondas sistemáticas e o preenchimento de fichas de cadastro impressas, elaboradas com base nos Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia (2023) da UFMG, os quais orientam a coleta padronizada de informações sanitárias, reprodutivas e comportamentais de cães em contextos de manejo populacional (Apêndice 2). Posteriormente, os dados coletados foram organizados em banco de dados estruturado na plataforma Notion (NOTION LABS, INC., 2024), permitindo a consolidação e sistematização das informações iniciais.

Relatos dos vigilantes da DVG indicaram três principais portas de entrada de novos cães no campus: pela Avenida P.H. Rolfs, nas proximidades da entrada das Quatro Pilastras e do Laticínio Escola – Funarbe, e pela entrada alternativa da Vila Gianetti, com acesso à Avenida

Marechal Humberto Castelo Branco, evidenciando que o campus não constitui sistema territorial fechado, havendo fluxo contínuo de animais provenientes do entorno.

Com o objetivo de estruturar o monitoramento contínuo, foi instituída a estratégia denominada “ronda”, que consistia em atividades sistemáticas de acompanhamento realizadas a pé pelos membros da equipe. As rondas constituíram a base operacional da vigilância ativa, uma vez que possibilitavam a busca ativa de informações sobre os cães, o ambiente em que estavam inseridos e suas interações com outros cães e com as pessoas que circulavam pelo campus. Por meio dessas atividades, foi possível coletar dados atualizados acerca da localização dos animais, condições gerais de saúde, comportamentos observados e alterações no ambiente que pudessem impactar a dinâmica populacional. Além do caráter informativo, as rondas desempenharam papel fundamental na construção de vínculo entre os cães e os integrantes do programa. Esse vínculo mostrou-se estratégico, pois facilitou intervenções posteriores, como identificação individual, recolhimentos, manejo de feridas e vacinação, reduzindo o estresse dos animais e aumentando a segurança das ações.

Foi estabelecida uma escala organizada em cinco rotas fixas (Apêndice 2) definidas previamente a partir de visitas ao campus, nas quais foram identificados os principais pontos de permanência e circulação dos cães. Essas rotas foram planejadas de modo a abranger áreas estratégicas, incluindo locais com maior oferta alimentar, concentração de animais, registros prévios de ocorrências comportamentais e maior fluxo de pessoas. As rondas eram realizadas a pé pelos membros da equipe, de segunda a sexta-feira, com duração média aproximada de uma hora. A programação contemplava ao menos uma rota por dia, com alternância sistemática dos trajetos ao longo da semana, de forma a garantir cobertura territorial contínua e acompanhamento periódico dos cães. Esse modelo permitia tanto o monitoramento regular dos cães residentes quanto a identificação de novos indivíduos, alterações ambientais e eventuais situações de risco.

Para maior sistematização e agilidade no registro das informações, foi desenvolvido um aplicativo por meio da plataforma no-code AppSheet (GOOGLE LLC, 2025), denominado “Miau Monitoramento”, vinculado ao Google Planilhas (GOOGLE LLC, 2025) para armazenamento automático e organização dos dados.

Os membros da equipe utilizavam seus próprios aparelhos celulares para realizar os registros, de modo que, ao localizar um cão ainda não cadastrado, efetuava-se inicialmente seu cadastro individual e, em seguida, o lançamento da primeira ronda associada (Figura 6).

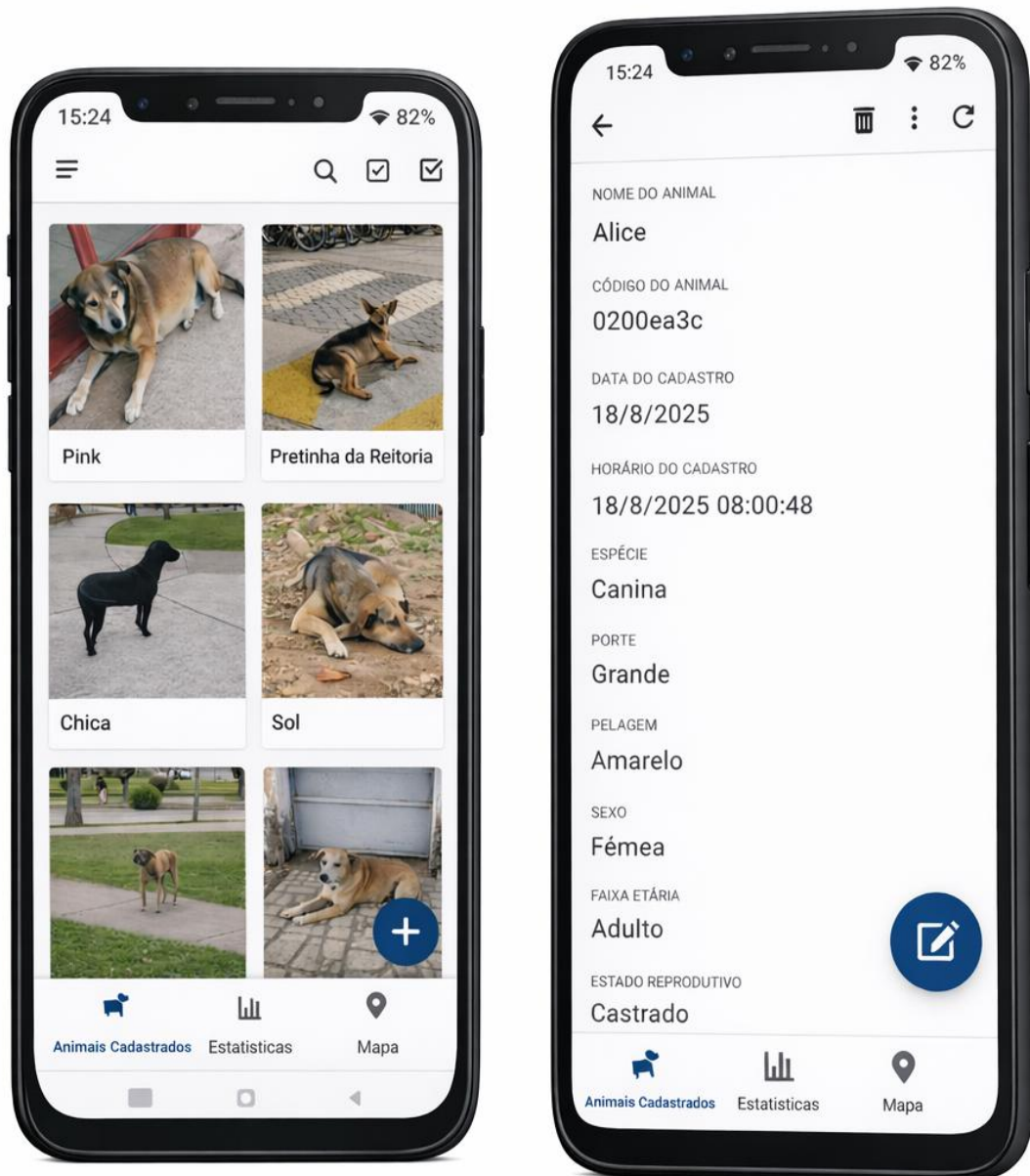
Figura 6 - Atividade de monitoramento dos cães sendo realizada pela equipe do Miau em testes iniciais do aplicativo Miau Monitoramento.



Fonte: UFV, 2025.

O formulário de cadastro contemplava informações referentes ao nome do cão, obtido junto à comunidade local ou protetores independentes, sendo registrado como “Sem nome” quando inexistente; espécie; porte; pelagem, permitindo múltiplas cores; sexo, incluindo a opção “Não sei” em casos de observação limitada; faixa etária estimada com base em características físicas e relatos da comunidade; e estado reprodutivo, avaliado pela presença ou ausência de testículos nos machos e por marcações indicativas de castração nas fêmeas, como tatuagens ou piques na orelha. Também era obrigatória a inclusão de fotografia com enquadramento que permitisse visualização completa do animal e suas características fenotípicas (Figura 7). Após o cadastro, o aplicativo gerava automaticamente um identificador único para cada animal, registrando data, horário e e-mail do responsável pelo cadastro, sendo essa data considerada como marco temporal para a classificação dos cães quanto ao critério de permanência mínima de seis meses para enquadramento como animais do campus.

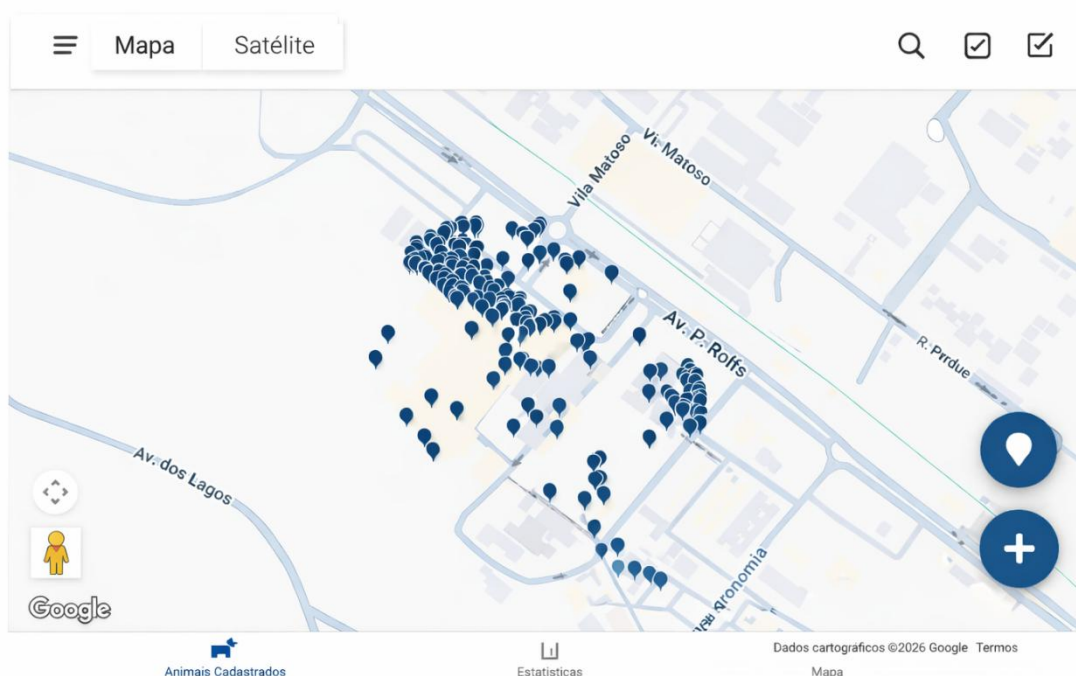
Figura 7 - Interface do aplicativo Miau Monitoramento: à esquerda, tela inicial do sistema; à direita, tela de cadastro individual de cão.



Fonte: Elaboração do autor, 2025.

O cadastro de Ronda era realizado com geração automática de identificador próprio, data e identificação do responsável, além da geolocalização por latitude e longitude, permitindo correção manual do ponto em caso de inconsistência. Durante as rondas eram avaliados o escore corporal, classificado como caquético, magro, ideal, sobrepeso ou obeso; o comportamento observado, incluindo aproximação amigável, hesitante, fuga, agressividade ou perseguição a veículos e pessoas, podendo haver múltiplas marcações; e o estado de saúde, contemplando presença de ferimentos, dificuldade de locomoção, ectoparasitas, dor aparente, secreções, diarreia ou vômito, além de campo para observações complementares e fotografia atualizada. O uso do aplicativo permitiu atualização em tempo real do banco de dados e acompanhamento longitudinal dos animais, favorecendo sua classificação e reclassificação conforme o tempo de permanência e o histórico de observações acumuladas (Figura 8).

Figura 8 - Mapa georreferenciado no aplicativo Miau Monitoramento com marcações dos pontos de avistamento de cães registrados durante as rondas no campus.



Fonte: Elaboração do autor, 2025

As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam dados gerados a partir das rondas realizadas com o uso do aplicativo, constituindo um panorama sistematizado das informações coletadas em campo. A organização desses dados permite compreender o perfil populacional dos cães acompanhados, contemplando variáveis como sexo, faixa etária, escore corporal, estado reprodutivo e

frequência de avistamentos. Essa caracterização constituiu etapa fundamental para o planejamento das ações de manejo, uma vez que subsidiou decisões relacionadas à definição de estratégias de controle reprodutivo, atendimentos no HOV, ao direcionamento de recursos e ao acompanhamento sanitário contínuo. Além disso, a consolidação dessas informações em tabelas possibilita identificar padrões populacionais, vulnerabilidades específicas e lacunas de informação, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências e contribuindo para a efetividade do programa.

Tabela 1 - Número de cães de acordo com sexo segundo faixa etária.

SEXO	FAIXA ETÁRIA				TOTAL
	Filhote	Adulto	Idoso	Não sei	
	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Fêmea	1 (33,3)	57 (44,9)	07 (38,9)	06 (35,3)	71 (43,0)
Macho	1 (33,3)	62 (48,8)	10 (55,6)	06 (35,3)	79 (47,9)
Não sei	1 (33,3)	08 (6,3)	01 (5,6)	05 (29,4)	15 (9,1)
TOTAL	3 (100,0)	127 (100,0)	18 (100,0)	17 (100,0)	165 (100,0)

N = Número de cães

Tabela 2 – Número de avistamentos de cães em rondas de acordo com sexo, faixa etária e estado reprodutivo segundo escore corporal.

		ESCORE CORPORAL					Total
		Caquético	Magro	Ideal	Sobrepeso	Obeso	
SEXO	Fêmea	01	24	487	146	64	722
	Macho	02	26	527	150	28	733
	Não sei	00	01	09	01	00	11
FAIXA ETÁRIA	Filhote	01	00	01	00	00	02
	Adulto	00	36	869	208	12	1.125
	Idoso	02	12	119	85	80	298
	Não sei	00	03	34	04	00	41
CASTRADO	Sim	02	33	694	250	82	1.061
	Não	00	05	60	02	00	67
	Não sei	01	13	269	45	10	338

Tabela 3 – Número de rondas de cada cão com o intervalo em dias e meses entre o primeiro e último avistamento.

CÓDIGO DO ANIMAL	RONDAS (N)	DATA DAS RONDAS		INTERVALO	
		MÍNIMO	MÁXIMO	DIAS	MESES
c585371d	60	09/04/2025	25/11/2025	230	7,67
4e5cda2a	51	06/04/2025	21/11/2025	229	7,63
73abc5b7	50	09/04/2025	21/11/2025	226	7,53
b79abdc2	50	09/04/2025	12/11/2025	217	7,23
75284b4a	45	09/05/2025	21/11/2025	196	6,53
37335f51	44	23/04/2025	25/11/2025	216	7,20
5c0b047a	43	06/04/2025	20/11/2025	228	7,60
766834bd	42	09/05/2025	21/11/2025	196	6,53
33e03ff1	38	13/05/2025	21/11/2025	192	6,40
cbf9b5c2	36	09/05/2025	21/11/2025	196	6,53
...

A microchipagem constitui uma das estratégias mais seguras e eficazes de identificação individual permanente de cães, permitindo a vinculação do animal a um registro oficial em banco de dados por meio de um código numérico único. A tecnologia baseia-se em dispositivos de identificação por radiofrequência (RFID), implantados por via subcutânea e passíveis de leitura por scanners compatíveis com os padrões da International Standards Organization (ISO), o que garante padronização e interoperabilidade entre sistemas (Jones, 2013). A microchipagem foi realizada em 14 cães utilizando dispositivos com tecnologia near-field communication (NFC), conforme previsto no planejamento inicial. Contudo, durante a fase de monitoramento, foram observadas falhas recorrentes de leitura que comprometeram a aplicabilidade na prática. Antes da implantação, os microchips foram testados externamente e apresentaram funcionamento adequado quando aproximados de dispositivos móveis compatíveis com tecnologia NFC. Entretanto, após a aplicação subcutânea nos animais, passaram a ocorrer inconsistências na leitura. Em diversos casos, o microchip não era reconhecido por celulares que anteriormente haviam realizado a leitura com sucesso. Foram realizados testes com diferentes aparelhos, porém não se estabeleceu um padrão de funcionamento: alguns cães apresentavam leitura intermitente, outros deixavam de responder após determinado período, e, em determinadas situações, a leitura funcionava em um aparelho, mas não em outro, sem previsibilidade. Essa variabilidade, associada à ausência de garantia de leitura consistente no

momento da abordagem em campo, inviabilizou a utilização do sistema como ferramenta confiável de identificação, culminando na suspensão dessa estratégia. Tal limitação encontra respaldo na literatura, que aponta que sensores baseados em NFC, especialmente em aplicações implantáveis, ainda se encontram em estágio inicial de desenvolvimento tecnológico, apresentando desafios relacionados à robustez, miniaturização, durabilidade e maturidade industrial (Olenik; Lee; Güder, 2021).

Como alternativa de identificação visual, adotou-se o uso de coleiras confeccionadas com fio de PVC flexível de 6 mm de diâmetro, fixadas com abraçadeiras de nylon e colocadas durante ações de vacinação no eixo de manejo sanitário (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Coleira utilizada como método de identificação pelo Miao.



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Figura 10 - Cadela “Pink” utilizando coleira de identificação visual durante ação de vacinação no eixo de manejo sanitário.



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Inicialmente, a estratégia foi concebida como instrumento operacional interno, permitindo identificar à distância os cães já vacinados e facilitando a organização das ações subsequentes, entretanto, ao longo do monitoramento, observou-se baixa permanência dessas coleiras. Parte delas era perdida em decorrência da própria dinâmica de vida livre dos animais, enquanto outras eram removidas por terceiros. Essa limitação prática evidencia a dificuldade de manutenção de dispositivos físicos de identificação em cães não domiciliados, corroborando os achados de Seixas et al., 2017.

A introdução das coleiras produziu repercussões sociais relevantes. A comunidade acadêmica passou a questionar sua finalidade, gerando interpretações diversas quanto ao uso do dispositivo. Em um episódio amplamente divulgado na página “Spotted UFV”, no Instagram, a imagem de uma coleira retirada de um cão foi acompanhada de relato alegando que o animal estaria sendo enforcado, além de críticas ao material utilizado. Nos comentários, membros da comunidade já familiarizados com o programa esclareceram que as coleiras eram confeccionadas em material flexível e posicionadas de forma frouxa, sem risco de constrição, explicando também sua finalidade de identificação. O episódio evidenciou a sensibilidade da comunidade em relação ao bem-estar animal e reforçou que estratégias de identificação visual,

que embora tecnicamente simples, possuem forte dimensão simbólica e social. A partir desse momento, as chamadas “coleiras laranjas” passaram a ser reconhecidas como indicativo de que os animais estavam sob acompanhamento institucional, sendo frequentemente associadas à ideia de cuidado e pertencimento ao programa. Esse reconhecimento favoreceu a comunicação entre a comunidade e o programa, aumentando notificações espontâneas sobre alterações clínicas ou situações de risco envolvendo cães identificados. Assim, embora a estratégia tenha apresentado limitações estruturais, sua implementação revelou potencial relevante como instrumento de visibilidade institucional e mobilização comunitária, ainda que não tenha se mostrado eficaz como método de identificação física duradoura em cães de vida livre.

Entretanto, o reconhecimento simbólico e a maior interação da comunidade com o programa não se traduziram, necessariamente, na formalização de vínculos individuais de cuidado. Durante a execução do programa, verificou-se dificuldade na consolidação prática da categoria “cães comunitários”. Embora houvesse pessoas que eventualmente alimentassem determinados animais ou demonstrassem preocupação com seu bem-estar, nem sempre se estabelecia um compromisso contínuo e formalizado que permitisse caracterizar a existência de um cuidador de referência conforme previsto no planejamento. Em muitos casos, os cuidados eram intermitentes ou compartilhados informalmente por diferentes indivíduos, sem definição clara de responsabilidade. Dessa forma, a maior parte dos cães monitorados permaneceu classificada como “cão do campus”, após comprovada sua permanência por pelo menos seis meses, sem a formalização da categoria de comunitários nos moldes inicialmente idealizados. A experiência evidenciou que, embora o conceito de cão comunitário, definido pela Lei nº 21.970 como aquele que, apesar de não possuir responsável definido e único, estabelece com a comunidade em que vive vínculos de dependência e manutenção, seja relevante como estratégia de corresponsabilização social, sua aplicação prática apresenta limites no contexto institucional analisado. Sua operacionalização exige mecanismos mais estruturados de adesão e pactuação com a comunidade para que possa ser efetivamente implementado. Além da dificuldade em consolidar essa categoria, outro desafio observado na fase de execução relacionou-se à própria operacionalização da classificação no banco de dados digital utilizado para cadastro e monitoramento.

Nesse contexto, a consolidação e o aperfeiçoamento do banco de dados tornaram-se elementos centrais para o fortalecimento do eixo de Vigilância. De modo geral, a transição do banco de dados inicial estruturado no Notion para o uso do aplicativo Miau Monitoramento representou avanço significativo na sistematização das informações e no monitoramento contínuo da população canina, permitindo não apenas registro descritivo, mas também suporte

operacional às decisões do programa e maior compreensão da dinâmica territorial e sanitária dos animais presentes no campus. O aplicativo Miau Monitoramento constituiu ferramenta central nesse processo, por ser acessível em smartphones e permitir o registro de fotografias e características individuais dos cães, facilitando sua identificação durante as ações de campo. A disponibilidade de registros fotográficos e informações descritivas reduziu erros de identificação e possibilitou maior agilidade nas intervenções.

Além do monitoramento individual, o banco de dados subsidiou decisões logísticas e de planejamento. A consolidação de informações como número estimado de cães, distribuição por sexo e condição reprodutiva permitiu o ajuste da aquisição de insumos, incluindo vacinas, vermífugos e ectoparasiticidas, bem como o planejamento das castrações. Esse direcionamento das ações a partir de dados sistematizados está em consonância com as recomendações do Ministério Público de Minas Gerais (2019) e dos *Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia n° 107* (2023) que destacam a etapa de triagem e cadastramento como base estruturante para programas de manejo populacional de cães comunitários em instituições de ensino superior.

Conforme descrito na publicação, o mapeamento do número, localização e perfil dos animais, aliado ao registro individual contendo informações sanitárias, comportamentais e reprodutivas, subsidia o encaminhamento para avaliação médica, vacinação, administração de antiparasitários e esterilização cirúrgica, além de permitir o planejamento prévio de transporte, pós-operatório e aquisição de insumos. Nesse sentido, o banco de dados utilizado no programa não se limitou a instrumento descritivo, mas constituiu ferramenta estratégica de gestão sanitária e reprodutiva, alinhando-se às diretrizes técnicas propostas na literatura especializada.

No que se refere à interação com a fauna silvestre e de animais de produção, cães de vida livre atuam como agentes de perturbação ecológica em escala de paisagem, influenciando a ocupação espacial e o comportamento de espécies nativas por meio de competição por interferência (Vanak; Gompper, 2010). Entretanto, essas interações assumem caráter bidirecional, pois cães também podem sofrer ataques defensivos de fauna silvestre. Foram registrados oito episódios nos quais os cães precisaram ser resgatados e encaminhados ao hospital veterinário para tratamento dos ferimentos, sendo cinco casos de cães com lesões compatíveis com mordidas de capivaras e três casos envolvendo cães com espinhos de ouriço-cacheiro.

No caso do ouriço-cacheiro (*Coendou spp.*), a inserção de espinhos pode resultar em lesões traumáticas profundas, com risco de processos inflamatórios e complicações infecciosas, conforme descrito em relato clínico envolvendo cães atendidos em contexto de interface rural-florestal (Silva et al., 2015). Sob a perspectiva da Saúde Única, tais episódios evidenciam que

a circulação desordenada de cães não representa apenas impacto à fauna silvestre, mas também um problema de saúde animal. Houve ainda um relato de capivara encontrada morta nas proximidades de uma das lagoas, sendo mencionado por testemunha o possível envolvimento de cães; contudo, não foi possível confirmar a autoria do evento.

Situação distinta ocorreu em um dos pastos destinados à bovinocultura de corte do Departamento de Zootecnia da UFV, onde foi registrado ataque a um bezerro recém-nascido que evoluiu a óbito. A equipe foi acionada por profissionais do setor após a identificação do animal morto durante as visitas rotineiras aos piquetes para monitoramento de partos. Segundo relato dos funcionários, o bezerro apresentava lesões compatíveis com ataque por cães. Informou-se ainda que era frequente a presença de cães nas proximidades dos piquetes, havendo episódios prévios de investidas contra vacas no período periparto. Durante as atividades de vigilância, foi identificada a presença de um grupo de cães que habitava área próxima ao referido piquete, sendo apontada como provável envolvida no episódio, embora não tenha havido flagrante ou confirmação direta da autoria.

Ataques de cães domésticos a rebanhos representam fonte significativa de perdas econômicas para produtores rurais. Além da mortalidade direta de animais, as lesões traumáticas decorrentes das agressões implicam custos com atendimento veterinário, medicamentos, manejo adicional e, em alguns casos, descarte precoce do animal. Em bovinos, tais ocorrências podem comprometer ganho de peso, produção de leite e desempenho reprodutivo, afetando a rentabilidade do sistema produtivo. Evidências brasileiras demonstram que esses ataques não constituem eventos esporádicos, mas agravos recorrentes com impacto financeiro direto e indireto sobre a atividade pecuária (Gonzaga et al., 2024). O caso evidenciou o potencial impacto da presença de cães de vida livre sobre a fauna doméstica produtiva, além de reforçar a necessidade de monitoramento contínuo e articulação intersetorial para prevenção de novos eventos.

Esses achados, ainda que pontuais, dialogam com a literatura que aponta os cães como uma das espécies invasoras mais bem-sucedidas globalmente, com reconhecido impacto sobre comunidades silvestres por meio de predação direta, perseguição, competição, transmissão de patógenos e alterações comportamentais da fauna nativa, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e integração entre manejo populacional de cães e estratégias de conservação ambiental (Roma et al., 2020).

3.4. Manejo comportamental

O eixo de Manejo Comportamental foi planejado com o objetivo principal de reduzir conflitos entre cães e a comunidade e promover o bem-estar animal, ambiental e humano. Foi prevista a captura humanitária de animais envolvidos em ataques, perseguições a veículos, comportamento reprodutivo ativo ou situações de risco à própria integridade. A seleção dos casos ocorreu a partir de registros na ouvidoria institucional, notificações da vigilância universitária e identificação durante rondas de monitoramento. O fluxo proposto incluía recolhimento, triagem clínica e comportamental, permanência em centro de acolhimento temporário e implementação de protocolos de reabilitação, com posterior devolução ao local de origem ou encaminhamento adequado, conforme avaliação técnica.

As capturas humanitárias estiveram presentes desde o início do programa, sendo os problemas comportamentais o principal motivador para a implementação das ações. Entretanto, nem todas as capturas puderam ser realizadas com colaboração dos cães ou por contenção física convencional. Em situações específicas, observou-se comportamento fortemente territorialista, com resistência à aproximação humana. Destaca-se o caso da cadela conhecida como “Amarela”, cuja reatividade impediu a aproximação segura da equipe. Nessa circunstância, optou-se pela contenção química para viabilizar a captura e o transporte, procedimento realizado com a participação de residentes do Programa de Residência em Medicina Veterinária do Departamento de Veterinária da UFV, sob supervisão técnica adequada. A inserção dos residentes nas atividades mostrou-se estratégica, especialmente em ações que demandavam conhecimento técnico especializado, como avaliação clínica prévia, definição de protocolo farmacológico e monitoramento do animal durante o período de sedação. Essa parceria fortaleceu o caráter técnico-científico do programa, além de promover integração entre ensino, extensão e serviço.

Estes cães foram encaminhados à Unidade de Vigilância em Zoonoses de Viçosa (UVZ), onde foram submetidos a exame físico, vacinação e testagem para Leishmaniose, apresentando resultado negativo em todos os casos. Sete animais foram identificados como previamente castrados no momento do recolhimento, enquanto três, todos machos, foram encaminhados para procedimento cirúrgico de castração no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Viçosa, como parte das ações de manejo reprodutivo, sendo o pós-operatório realizado nas dependências da própria UVZ. É importante destacar que ainda persiste o mito de que a castração, isoladamente, seria suficiente para condicionar o comportamento e solucionar problemas de agressividade ou ataques. Contudo, embora hormônios sexuais, como a testosterona, possam influenciar determinados tipos de agressividade, a castração deve ser compreendida como uma estratégia adjuvante, capaz de

contribuir para a redução de comportamentos associados à influência hormonal, mas insuficiente como intervenção isolada. Dessa forma, a prevenção e o manejo de comportamentos agressivos exigem abordagem multimodal, centrada na modificação comportamental, no enriquecimento ambiental e no manejo adequado dos estímulos e interações, considerando os fatores individuais e contextuais que mantêm o comportamento (Mattioli, 2023).

Posteriormente, outros três cães foram igualmente capturados e encaminhados à UVZ, passando pelos mesmos procedimentos sanitários, também com resultados negativos para Leishmaniose, sendo igualmente animais já castrados.

Os onze cães permaneceram alojados na UVZ enquanto eram finalizadas as adequações estruturais da Casa do Miau, espaço destinado a recebê-los de forma definitiva. À época, a nova unidade encontrava-se em fase final de preparação, restando apenas ajustes pontuais para sua inauguração oficial. Em fevereiro de 2025, um episódio de chuvas intensas acompanhado de ventos fortes ocasionou o desabamento total do telhado da UVZ, inviabilizando a permanência dos animais no local. Diante da situação emergencial, optou-se pela transferência imediata dos onze cães oriundos do campus, juntamente com dois cães previamente recolhidos por órgãos municipais, para a Casa do Miau, localizada no campus da Universidade Federal de Viçosa, na Rua das Sete Casas, nº 5.

Embora ainda não oficialmente inaugurada, a estrutura já apresentava condições físicas adequadas para o acolhimento dos animais, com baias organizadas, áreas de manejo e segurança compatíveis com as necessidades sanitárias e de bem-estar. Pendências estruturais secundárias, como a instalação de bebedouros automáticos, foram temporariamente supridas por soluções provisórias, incluindo o uso de recipientes móveis para fornecimento de água e a adaptação dos recursos disponíveis até a conclusão definitiva das instalações. Antes da transferência dos cães para a Casa do Miau, quando ainda permaneciam na UVZ, eram realizadas atividades de passeio, ressocialização e estímulo comportamental conduzidas por estudantes sob a supervisão de adestrador independente voluntário. Essas ações tinham como objetivo promover gasto energético, redução de estresse e maior adaptação à presença humana. Com a mudança para a Casa do Miau, consolidou-se um fluxo operacional no qual os vigilantes do campus recebiam denúncias ou presenciavam ocorrências envolvendo ataques ou investidas contra pedestres, ciclistas e motociclistas, com essas denúncias sendo repassadas à equipe do programa, que realizava o recolhimento dos cães envolvidos. Entretanto, as rotinas sistemáticas de adestramento foram temporariamente interrompidas em razão da limitação de pessoal e da ausência de profissional específico para condução das atividades.

Posteriormente, o programa passou a contar com médica-veterinária adestradora, vinculada como voluntária ao Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) do Departamento de Veterinária da UFV, o que possibilitou a reorganização do manejo comportamental. Inicialmente, foi realizado diagnóstico dos cães recolhidos, com identificação daqueles que apresentavam maior potencial de ressocialização ou que demandavam intervenção prioritária. A partir desse levantamento, constituiu-se uma equipe formada por estagiários voluntários e bolsistas responsáveis pela execução das atividades sob orientação técnica.

Foram aplicadas técnicas de reforço positivo duas vezes ao dia, estruturadas com base nos princípios do condicionamento operante, priorizando o fortalecimento de comportamentos desejáveis por meio da associação contingente entre resposta e estímulo reforçador. A intervenção foi conduzida com previsibilidade ambiental e controle de estímulos, favorecendo a aprendizagem associativa, a redução de respostas indesejáveis por extinção e a consolidação de novos repertórios comportamentais (Silva, 2018). A rotina iniciava-se com o chamado treino de porta, no qual o cão somente saía da baia após comando específico, estimulando autocontrole e redução de comportamentos impulsivos. Em seguida, realizava-se passeio guiado até espaço recreativo temporariamente cedido pelo Departamento de Biologia, composto por área cercada com piso cimentado e trechos de terra e grama, permitindo livre movimentação. Nesse ambiente eram desenvolvidas atividades de recreação, gasto energético e treino de comandos básicos, como se sentar e permanecer, sempre com reforço positivo. Ao término das atividades, o retorno à Casa do Miau era seguido de oferta controlada de alimentação, também condicionada a comando prévio, reforçando associação positiva com o manejo humano e contribuindo para estruturação de rotina previsível.

No decorrer de 2025, cinco cães foram capturados especificamente por motivação comportamental, em decorrência de episódios de agressividade ou comportamento territorial considerado de risco. Dentre esses, três eram classificados como cães do campus e dois como cães errantes. Nos casos envolvendo animais errantes, o recolhimento ocorreu imediatamente após sua entrada no campus, uma vez que os comportamentos inadequados se manifestaram nos primeiros momentos de permanência, configurando potencial risco à integridade física de pedestres, ciclistas e demais usuários do espaço. Todos os cães recolhidos por questões comportamentais foram avaliados e inseridos no protocolo descrito, buscando-se reduzir ansiedade, reatividade e episódios de agressividade por meio de estímulo cognitivo, previsibilidade ambiental e reforço positivo.

Quanto aos desfechos, observou-se que sete animais permaneceram sob confinamento devido a problemas comportamentais, sendo que dois passaram por tentativas de reintegração ao

campus, ambas com reincidência comportamental e posterior recolhimento. Três foram adotados (dois previamente classificados como cães do campus e um oriundo da UVZ), cinco foram reintegrados aos seus territórios no campus e, até o momento, não apresentaram novos episódios de comportamento inadequado, e um foi reconduzido à UVZ após o restabelecimento das condições estruturais da unidade (Quadro 2).

Quadro 2: Perfil dos cães inseridos no manejo comportamental do Programa Miau, Viçosa-MG, 2023-2025.

CÃO	SEXO	CLASSIFICAÇÃO	CAPTURA (mês/ano)	DESFECHO	SITUAÇÃO (dezembro / 2025)
Coragem	M	Cão do campus	09/2023	Foi reintegrado	No campus
Pirulito	M	Cão do campus	04/2024	Foi reintegrado	No campus
Pretinha	F	Cão do campus	07/2024	Foi reintegrado	No campus
Alice	F	Cão do campus	09/2023	Foi reintegrado	No campus
Reitorinha	F	Cão do campus	11/2025	Foi reintegrado	No campus
Nugget	M	Cão do campus	09/2023	Foi reintegrado Foi recapturado Foi reintegrado	No campus
Vovô	M	Cão do campus	09/2023	Foi reintegrado	Óbito
Raposinha	F	Cão do campus	09/2023	Foi reintegrada Foi recapturada	Alojado no Miau
Amarela	F	Cão do campus	05/2024	Foi reintegrada Foi recapturada	Alojado no Miau
Jack	M	Cão do campus	01/2025	Foi reintegrada Foi recapturada	Alojado no Miau
Murilo	M	Cão do campus	09/2023	Não foi reintegrado	Alojado no Miau
Gabriel	M	Cão do campus	09/2023	Não foi reintegrado	Alojado no Miau
Barão	M	Cão do campus	09/2023	Não foi reintegrado	Adotado
Mofo	M	Cão do campus	10/2024	Não foi reintegrado	Adotado
Luvinha	M	Cão errante agressivo	06/2025	Não foi reintegrado	Alojado no Miau
Fazendeiro	M	Cão errante agressivo	07/2025	Não foi reintegrado	Alojado no Miau

SEXO: M = macho / F = fêmea

A discussão acerca do manejo comportamental revela-se particularmente complexa, uma vez que os problemas de comportamento figuraram entre os principais motivadores para a criação do programa e, paradoxalmente, permanecem como o eixo de maior dificuldade operacional. A literatura e as experiências práticas disponíveis concentram-se majoritariamente na reabilitação de cães para fins de adoção, priorizando a redução do medo e a socialização com humanos como estratégia de inserção em ambiente domiciliar. Entretanto, são escassos os protocolos consolidados voltados especificamente à reabilitação de cães de vida livre, cujo objetivo não é necessariamente a adoção, mas a redução de comportamentos que representem risco, como ataques a pedestres, ciclistas ou motociclistas. Essa lacuna metodológica impõe desafios significativos à tomada de decisão. Enquanto parte dos animais apresenta melhora clínica e comportamental suficiente para reintegração ao campus ou adoção, outros demonstram dificuldade persistente de ressocialização. Cães extremamente reativos ou excessivamente medrosos tenderam a apresentar menor probabilidade de adoção, permanecendo sob confinamento prolongado na Casa do Miau. Tal permanência tensiona a própria concepção do programa, que não foi idealizado como abrigo permanente, mas como espaço temporário de manejo e reabilitação.

Nesse contexto, emergem questões centrais relacionadas ao bem-estar animal. A manutenção prolongada de um cão em confinamento, especialmente quando não há perspectiva concreta de reinserção ou adoção, pode configurar situação de sofrimento crônico decorrente da restrição ambiental, da limitação de estímulos e da frustração comportamental. Paralelamente, impõe-se debate sobre responsabilidade institucional: até que ponto a universidade deve assumir a manutenção indefinida desses animais? Qual seria o limite temporal razoável para permanência de cães em programa institucional de manejo comportamental?

Outro ponto sensível diz respeito à possibilidade de eutanásia em casos de agressividade grave e refratária ao manejo comportamental. Sob o prisma jurídico, a Lei nº 14.228 de 20 de outubro de 2021 proíbe a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, admitindo exceções apenas nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana ou a de outros animais. O texto legal não aborda de maneira expressa a situação de distúrbios comportamentais severos, o que gera zona interpretativa sensível quando o risco decorre não de enfermidade infectocontagiosa, mas de agressividade persistente ou imprevisível. A regulamentação técnica encontra respaldo na Resolução CFMV nº 1.000 de 11 de maio de 2012, cujo artigo 3º admite a indicação de eutanásia quando o bem-estar do animal

estiver comprometido de forma irreversível, não sendo possível controlar dor ou sofrimento por meio de tratamento, ou quando o animal constituir ameaça à saúde pública. Ainda assim, a caracterização de que um problema comportamental configura sofrimento irreversível ou ameaça concreta exige avaliação técnica criteriosa e fundamentada.

Legislações locais vigentes, como a que dispõe sobre a Política de Controle e Manejo Populacional de Cães e Gatos da Universidade Federal de Lavras, instituída pela Resolução Normativa CUNI nº 146/2024, estabeleceram, em seu Artigo 18, medidas progressivas para cães considerados perigosos após avaliação comportamental. O dispositivo prevê, nos incisos I a III, alternativas como adestramento, adoção responsável e encaminhamento a abrigo parceiro, reservando, no inciso IV, a eutanásia apenas para casos de elevado grau de agressividade e ineficácia das medidas anteriores, mediante avaliação e aval de médico-veterinário vinculado à instituição (UFLA, 2024).

Nesse contexto, torna-se imprescindível a emissão de laudo por médico-veterinário com formação ou experiência em comportamento animal, capaz de atestar a refratariedade do quadro às intervenções e o risco efetivo à coletividade. A manutenção indefinida de cães com graves dificuldades de ressocialização pode implicar sofrimento crônico decorrente do confinamento prolongado, tensionando o princípio do bem-estar animal e a própria natureza do programa, que não foi concebido como abrigo permanente. Por outro lado, a indicação de eutanásia em razão de comportamento suscita questionamentos morais e institucionais relevantes, sobretudo diante da ausência de protocolos nacionais específicos para reabilitação de cães de vida livre em ambientes universitários. Assim, a lacuna normativa e metodológica amplia a insegurança decisória e transfere à comissão gestora significativo ônus ético, exigindo ponderação contínua entre proteção animal, segurança coletiva e responsabilidade institucional.

Essa complexidade é ampliada pelo contexto sociopolítico do município onde o programa está inserido, marcado por histórico de mobilização de organizações de proteção animal e por participação ativa da sociedade civil em debates relacionados ao manejo de cães e gatos em situação de rua. A cidade possui tradição de atuação de grupos protetores independentes e organizações da sociedade civil que acompanham de perto decisões envolvendo recolhimento, adoção e destinação de animais. Nesse cenário, qualquer discussão relacionada à eutanásia, ainda que fundamentada em critérios técnicos e legais, tende a gerar repercussão social significativa e tensionamentos institucionais. Assim, a questão não se restringe à avaliação clínica individual do animal, mas insere-se em debate mais amplo sobre políticas públicas locais, corresponsabilidade entre universidade e poder público municipal e os limites éticos da intervenção institucional em contextos de conflito entre proteção animal e

segurança coletiva. É nesse cenário ampliado, permeado por dimensões jurídicas, sociais e administrativas, que os resultados práticos do manejo comportamental devem ser compreendidos.

Do ponto de vista quantitativo, o manejo comportamental, principalmente as ações de recolhimento dos cães, puderam ser avaliadas por meio das ocorrências de ataques de cães registradas pela DVG. O ataque de cães no campus ocupa o quarto lugar do número de ocorrências atendidas, perdendo apenas para Acidente de trânsito com vítima (1º lugar), Acidente de trânsito sem vítima (2º lugar) e Dano ao patrimônio público (3º lugar). A tabela 1 apresenta o perfil das ocorrências de ataque de cães, considerando os principais locais e período dia, assim como a distribuição em relação aos anos de 2022 a 2025, mostrando uma tendência de queda progressiva no número de casos ao longo dos anos. Assim como, concentração dos ataques na região central do campus UFV, nos períodos da manhã e tarde.

Tabela 4: Perfil das ocorrências de ataques de cães no campus da UFV, segundo local, período do dia e distribuição anual (2022–2025).

		REGIÃO			
		04 Pilastras e reta	Central - UFV	Outros	Total
PERÍODOS	Madrugada	3	0	0	3
	Manhã	2	6	5	13
	Tarde	2	9	3	14
	Noite	1	3	2	6
ANO	2022	3	9	3	15
	2023	3	3	2	8
	2024	1	3	4	8
	2025	1	3	1	5

Sob essa perspectiva, observações evidenciaram tanto o potencial transformador quanto os limites estruturais do programa. A experiência demonstra que intervenções baseadas em reforço positivo, previsibilidade de rotina e estímulo cognitivo podem produzir avanços relevantes em determinados casos, possibilitando reintegração territorial ou adoção responsável. Entretanto, também revela que o enfrentamento de quadros comportamentais graves e persistentes em cães de vida livre demanda construção de protocolos mais robustos, suporte técnico especializado e articulação interinstitucional contínua. O desafio, portanto, ultrapassa a mera modificação comportamental do animal e alcança a definição coletiva de

responsabilidades, critérios e limites de atuação em programas institucionais. Trata-se de equilibrar, de forma ética e tecnicamente fundamentada, o bem-estar animal, a segurança da comunidade acadêmica e a sustentabilidade operacional do programa, reconhecendo que tais dimensões nem sempre convergem de maneira simples ou imediata.

3.5. Manejo alimentar

O manejo alimentar foi planejado para organizar o fornecimento de alimento e água aos cães presentes no campus, reduzindo a oferta desordenada e facilitando a captura e interação com os cães. Estava prevista a padronização de comedouros e bebedouros, definição de pontos fixos de alimentação e estabelecimento de rotina com quantidade controlada de ração, além da orientação da comunidade quanto à alimentação responsável.

Na Casa do Miau, foi estabelecida rotina alimentar padronizada com base na ração previamente ofertada aos animais alojados. Os cães eram alimentados duas vezes ao dia em quantidade calculada pelo peso aproximado e escore corporal do animal, sendo o alimento oferecido no interior das baias por aproximadamente quinze minutos, após os quais os comedouros eram retirados, independentemente do consumo total. Os animais inseridos em manejo comportamental recebiam parte da alimentação durante as sessões de adestramento, utilizando-se o alimento como reforço positivo, favorecendo o condicionamento de respostas desejáveis, o aumento do foco atencional e a redução de comportamentos associados à ansiedade.

Inicialmente, as baias contavam com bebedouros metálicos de alumínio com base pesada para conferir maior estabilidade e reduzir o risco de tombamento, reabastecidos diariamente durante o trato da manhã. Contudo, observou-se que esses recipientes eram frequentemente virados pelos animais durante interações ou brincadeiras, comprometendo a disponibilidade hídrica. Em razão disso, foram instalados bebedouros automáticos em todas as baias, os quais passaram a ser higienizados diariamente, garantindo fornecimento contínuo de água e maior estabilidade no manejo.

No campus, foi observado que as principais fontes de alimento dos cães eram provenientes da alimentação oferecida por estudantes, principalmente nas proximidades dos Restaurantes Universitários, funcionários do campus, geralmente próximos aos edifícios e departamentos onde estavam lotados, e protetores independentes, que realizavam visitas recorrentes a pontos específicos para ofertar alimento aos cães. Essa alimentação variava entre ração comercial, restos de comida e retalhos de carne provenientes de açougues. Na maioria

das situações, não havia estrutura adequada para o fornecimento do alimento, que era frequentemente colocados diretamente no solo, em calçadas, vias públicas ou gramados e, muitas vezes, em quantidade superior à consumida (Figuras 11 e 12).

Figura 12 - Bandeja contendo ração exposta ao ar livre, molhada pela chuva, evidenciando manejo alimentar inadequado em área externa.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2023).

Figura 11 - Sacola de ração rasgada e descartada no chão em área pública, ilustrando prática inadequada de oferta e descarte de alimento para cães.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2026).

O excesso de alimentação somado ao sedentarismo dos animais que se fixam próximos a lanchonetes e refeitórios, favorece o surgimento de animais obesos. Esse excesso de peso compromete gravemente o bem-estar animal, gerando problemas articulares e metabólicos que dificultam o manejo ético e a longevidade dos cães, evidenciando que o cuidado real exige mais educação da comunidade do que apenas o fornecimento de alimento.

As sobras recorrentes passaram a atrair fauna sinantrópica, especialmente pombos, intensificando a presença dessas aves em áreas de grande circulação de pessoas. A presença elevada de pombos em ambientes universitários configura preocupação sanitária relevante, considerando seu potencial como reservatórios de agentes infecciosos. Estudo conduzido por *Rodrigues et al.* (2022), em Porto Velho, Rondônia, identificou a presença de *Cryptococcus neoformans* em 25% das amostras de fezes de pombos analisadas, incluindo coletas realizadas no campus da Universidade Federal de Rondônia, evidenciando a exposição da população a potenciais fontes de contaminação em espaços públicos. Esses achados reforçam que a oferta inadequada de alimento pode extrapolar a questão do manejo dos cães e assumir dimensão de saúde pública, ao favorecer a proliferação de espécies sinantrópicas (Figura 13).

Figura 13 - Presença de pombos ao redor de ração disposta diretamente no solo associado à oferta inadequada de alimento em área pública.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2025).

Diante da necessidade de reduzir a exposição de sobras alimentares e minimizar a atração de pombos, além de proporcionar maior bem-estar aos cães, foram confeccionados, como medida provisória, comedouros de PVC pela Divisão de Obras (DOB), vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PAD). Os dispositivos consistiam em tubos fechados com tampa

móvel, permitindo que os cães acessassem a ração ao empurrar a tampa com o focinho, a qual retornava à posição fechada por ação da gravidade, mantendo o alimento protegido da umidade e restringindo o acesso de aves e outros animais silvestres. Testes realizados inicialmente em duas baias com cães na Casa do Miau demonstraram rápida adaptação dos cães ao mecanismo (Figura 14).

Figura 14 - Comedouros confeccionados em cano de PVC, dotados de cobertura e tampa, desenvolvidos para restringir o acesso de aves e outros animais ao alimento disponibilizado aos cães.



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Posteriormente, seis comedouros foram instalados em pontos previamente mapeados como áreas de maior concentração de cães e de maior frequência de oferta alimentar por protetores independentes, sendo incluídos nas rotas de monitoramento para avaliação periódica de sua utilização e integridade estrutural. Orientações foram dadas por meio das redes sociais e contato direto com protetores conhecidos que apenas ração seca fosse ofertada nesses dispositivos, recomendação que não foi integralmente seguida, conforme observado nas rondas (Figura 15). Problemas iniciais relacionados à infiltração de água da chuva nas junções dos

comedouros foram solucionados com aplicação adicional de silicone próprio para PVC e realização de perfurações na porção inferior para escoamento da água acumulada, medida que se mostrou funcional durante o acompanhamento subsequente.

Figura 15 - Comedouro contendo retalhos de carne.



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

De acordo com Diniz et al. (2025), a utilização de materiais de baixo custo, como o PVC, para a confecção de comedouros e bebedouros destinados ao manejo de cães comunitários configura solução criativa e potencialmente eficaz, desde que acompanhada de manutenção regular e monitoramento contínuo. Nesse contexto, embora a proposta se mostrasse tecnicamente adequada, a experiência prática evidenciou desafios relacionados justamente à manutenção desses dispositivos.

Como medida provisória e de baixo custo para restringir o acesso de pombos ao alimento oferecido aos cães, os comedouros confeccionados com tubos de PVC mostraram-se alternativa viável. Contudo, ao longo do monitoramento, evidenciaram-se limitações operacionais importantes. Em diversas ocasiões, a ração permanecia por períodos prolongados no interior dos dispositivos devido à recusa alimentar dos cães, favorecendo umedecimento,

deterioração e infestação por formigas, o que comprometia a qualidade do alimento e a dinâmica pretendida. Além disso, a higienização dos comedouros mostrou-se de difícil execução, considerando a distância em relação à Casa do Miau e o fato de a equipe de rondas realizar deslocamentos predominantemente a pé, sem estrutura adequada para limpeza frequente e completa dos dispositivos. Outro fator limitante refere-se à localização dos comedouros em áreas de acesso público, tornando-os suscetíveis a vandalismo, depredação e à eventual inserção de alimentos inadequados ou potencialmente contaminados. Esses aspectos demonstraram que, embora estruturalmente eficazes para restringir o acesso de aves, os dispositivos não garantem, por si só, controle sanitário e alimentar satisfatório sem supervisão contínua.

A capacidade de suporte ambiental para cães de vida livre pode ser compreendida a partir do modelo conceitual dos “4 A’s”, água, alimentação, abrigo e assistência, os quais, quando amplamente disponíveis, ampliam artificialmente a densidade populacional ao reduzir mortalidade e favorecer a reprodução (WOAH, 2023). Diferentemente de populações silvestres reguladas predominantemente por fatores ecológicos naturais, os cães são fortemente influenciados por subsídios antrópicos, como resíduos alimentares, estruturas físicas de abrigo e tolerância social à sua circulação. Sob a perspectiva da Saúde Única, essa dinâmica ultrapassa a dimensão ecológica e assume caráter socioecológico, uma vez que a elevada densidade canina impacta simultaneamente a saúde animal, a saúde humana e o equilíbrio ambiental, favorecendo conflitos com sistemas produtivos, riscos zoonóticos e pressões sobre a fauna silvestre (Cleaveland; Laurenson; Taylor, 2001; Vanak; Gompper, 2010). Assim, a capacidade de suporte para cães deve ser interpretada como indicador da organização territorial.

Diante dessas fragilidades, evidencia-se a necessidade de planejamento para fornecimento de ração de forma assistida pela equipe responsável. Propõe-se que o programa se responsabilize pela alimentação dos cães do campus e que este alimento seja armazenado em locais estratégicos próximos aos pontos de oferta, como guaritas ou departamentos adjacentes, em espaços protegidos e de acesso restrito. O fornecimento deverá ocorrer em quantidades controladas, utilizando comedouros removíveis, nos moldes do manejo adotado na Casa do Miau, com retirada aproximadamente 15 minutos após o oferecimento, reduzindo desperdícios e risco de contaminação. Além dos ganhos logísticos e sanitários, o fator comportamental seria beneficiado por esse modelo de manejo alimentar. A oferta assistida favoreceria a criação de vínculo entre os cães e os membros do programa, algo evidenciado ao se observar a rotina de alimentação de protetores independentes, além de estabelecer uma rotina previsível de alimentação, o que pode contribuir para maior estabilidade comportamental. A consolidação

dessa rotina tende a facilitar outras ações, como atividades de vigilância, monitoramento individual e intervenções sanitárias, tornando o manejo mais seguro e organizado.

A instalação de bebedouros fixos também é demanda recorrente por parte de protetores independentes. Embora alternativas como bebedouros automáticos estejam em avaliação, sua implementação exigiria manutenção e higienização frequentes, além de instalação em locais que permitam vigilância constante, de modo a prevenir contaminações intencionais ou atos de depredação. Assim, o manejo alimentar no campus revela-se não apenas questão de bem-estar animal, mas também desafio logístico e sanitário que demanda organização institucional, monitoramento contínuo e definição de responsabilidades.

3.6. Manejo Sanitário

No âmbito sanitário, o planejamento incluía a implementação de protocolos periódicos de vermifugação, controle de ectoparasitas, vacinação antirrábica e vacinação múltipla, bem como atendimento clínico e suporte a situações de urgência e emergência aos cães cadastrados como cães do campus. Já o manejo reprodutivo foi estruturado com foco no controle populacional por meio do protocolo de Captura, Esterilização e Devolução (CED), priorizando a captura de fêmeas em período de cio, realização de exames pré-operatórios, esterilização cirúrgica no Hospital Veterinário da UFV e posterior devolução ao território de origem, com monitoramento da estabilização populacional. O protocolo CED constitui uma estratégia amplamente utilizada para o manejo ético de populações de cães e gatos de vida livre, tendo sido desenvolvido a partir de iniciativas iniciadas na década de 1960 e consolidado internacionalmente ao longo das décadas seguintes como alternativa ao controle baseado exclusivamente na remoção e eutanásia. Seu objetivo principal é promover a redução gradual do tamanho populacional e da taxa de crescimento da população por meio do controle da reprodução, mantendo os animais em seus territórios e evitando processos de recolonização associados ao efeito vácuo (MELO et al., 2024).

No que se refere ao funcionamento interno da Casa do Miau, foi estabelecido um protocolo de entrada para os cães admitidos no espaço. Segundo Fischer (2007), as estratégias sanitárias devem ser especificamente adaptadas à realidade dos abrigos, considerando a maior probabilidade de exposição a doenças infecciosas, a possibilidade de que muitos animais recém-admitidos não estejam previamente imunizados e as consequências potencialmente letais de infecções nesse contexto coletivo. Esse protocolo consistia na realização de exame físico completo, vermifugação e controle de ectoparasitas.

Muitos animais admitidos em abrigos apresentam infestações por endoparasitas e ectoparasitas (Otranto et al., 2017). Ainda que nem sempre detectáveis ao exame clínico inicial, esses agentes podem manter ciclos de transmissão silenciosos, especialmente em ambientes coletivos caracterizados por alta densidade, intensa circulação e elevada rotatividade animal. Nessas condições, parasitas e agentes infecciosos disseminam-se com facilidade, podendo causar enfermidades, comprometer o bem-estar dos animais, persistir no ambiente por períodos prolongados e representar risco potencial à saúde pública, sobretudo quando apresentam caráter zoonótico (Newbury et al., 2018).

Nos casos em que o animal já era reconhecido como cão do campus e possuía histórico vacinal atualizado, a revacinação era realizada apenas quando constatado que o protocolo anual encontrava-se vencido. Também era realizada coleta de sangue para exames laboratoriais básicos, incluindo hemograma e perfil bioquímico, com o objetivo de subsidiar a avaliação clínica e identificar possíveis alterações sistêmicas, seguindo recomendações da literatura. A personalização dos protocolos de acordo com a realidade estrutural e sanitária da instituição é recomendada, uma vez que não existe modelo universal aplicável a todos os abrigos (DAY et al., 2016).

A rotina de higienização das baias era executada duas vezes ao dia. No período da manhã, os cães eram temporariamente recolhidos ao quarto da baia, momento em que se realizava observação clínica geral, incluindo avaliação de comportamento, presença de alterações fisiológicas, consistência das fezes e características da urina. As fezes eram retiradas e destinadas ao sistema de compostagem implantado na própria Casa do Miau, localizado na área posterior às baias. O sistema era composto por 16 conjuntos de composteiras, cada um formado por três baldes empilhados: os dois superiores destinados ao recebimento de fezes associadas a matéria seca e o inferior equipado com torneira para coleta de chorume. Após a remoção das fezes, as baias eram molhadas, lavadas com solução composta de cinco litros de água da torneira e 50 mL de detergente e 100 mL da solução de hipoclorito a 2,5% e posteriormente enxaguadas. No período da tarde, realizava-se nova remoção das fezes, sendo a lavagem completa das baias restrita aos casos de diarreia, vômito ou sujidades significativas.

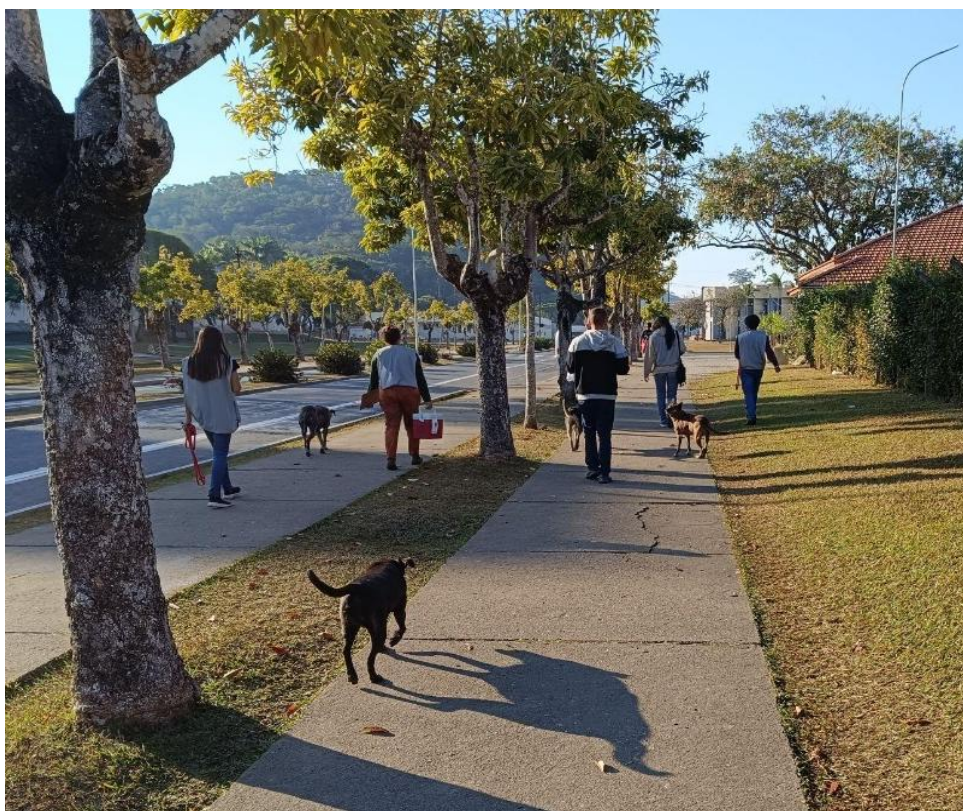
A vermifugação e o controle de ectoparasitas eram realizados trimestralmente. Os vermífugos utilizados eram à base de pirantel e praziquantel. Para controle de ectoparasitas, inicialmente empregou-se fipronil tópico; contudo, a eficácia observada foi insatisfatória nas primeiras aplicações, demandando a substituição por medicamentos orais à base de afoxolaner, que apresentaram melhor desempenho no controle de carrapatos. Quando observada a presença de carrapatos ou pulgas nos cães ou no ambiente, era realizada a descarrapatização do ambiente,

com aplicação de ectoparasiticida à base de deltametrina, com reaplicação programada após 21 dias.

No que se refere às ações periódicas, destacam-se as ações anuais de vacinação com vacina múltipla viral e antirrábica, destinadas tanto aos cães abrigados quanto aos cães do campus. As atividades eram realizadas por grupos de estudantes a campo, organizados para busca ativa, contenção e identificação dos animais (Figura 16). A vermifugação e controle de ectoparasitas integraram o protocolo de entrada dos cães abrigados, porém não houve

Figura 16 - Ação de vacinação antirrábica realizada no campus em 2024.

disponibilidade de recursos para estender sistematicamente a todos os cães do campus. Do ponto de vista preventivo, essa ampliação seria estratégica, considerando a recorrência de hemoparasitoses transmitidas por carrapatos, cujo tratamento eleva significativamente os custos assistenciais.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2024).

Sob perspectiva crítica, observou-se que o protocolo de entrada nem sempre era executado de maneira integral, evidenciando dificuldades relacionadas aos fluxos de trabalho, à disponibilidade de materiais e ao aumento do volume de recolhimentos. A infraestrutura mostrou-se, em determinados períodos, insuficiente frente à demanda, com número limitado de baias, o que ocasionalmente levou ao alojamento de dois ou mais cães na mesma unidade.

Ademais, não foi implementado de forma consistente um período de quarentena e isolamento sanitário para novos ingressantes, havendo situações em que os cães passaram a ter contato direto com os demais logo após a admissão. Tais fragilidades apontam para a necessidade de revisão estrutural e organizacional, especialmente no que tange à formalização de procedimentos operacionais e à consolidação de protocolos de admissão de cães na Casa do Miau mais rigorosos.

Os cães alojados passaram por teste sorológicos para diagnóstico da leishmaniose, alguns deles no contexto da disciplina de Práticas em Sanidade Animal (VET 442) do curso de Medicina Veterinária, reforçando a integração entre ensino e extensão.

Sob a perspectiva da Saúde Única, o manejo sanitário em abrigos ultrapassa a dimensão do cuidado individual do animal, configurando-se como estratégia integrada de proteção à saúde humana, animal e ambiental. A adoção de protocolos de admissão, quarentena, imunização, controle parasitário e higienização das baias contribui não apenas para o bem-estar animal, mas também para a redução de riscos zoonóticos e para a mitigação da circulação de agentes infecciosos no território.

Quanto aos atendimentos clínicos, procedimentos de menor complexidade, como manejo de feridas superficiais e retirada de bernes, eram realizados na própria Casa do Miau. Nos casos que demandavam sedação, exames complementares ou intervenções cirúrgicas, os cães classificados como cães do campus eram encaminhados ao HOV. No período analisado, foram registrados 42 atendimentos, com um aumento significativo entre os anos de 2024 e 2025 (Tabela 2). Porém esse aumento não reflete necessariamente o número de animais atendidos, uma vez que a análise dos registros hospitalares evidenciou uma fragilidade na padronização dos lançamentos. Os atendimentos eram registrados ora em contas vinculada a projeto de extensão, ora como animais do Departamento de Veterinária, ora como cães do campus. Tal inconsistência decorre, em grande parte, da ausência de política institucional clara que defina formalmente o status jurídico e administrativo desses animais, bem como a responsabilidade financeira pelos atendimentos, gerando insegurança administrativa e dificuldades de gestão.

Tabela 5: Número de animais atendidos no HOV de acordo com o tipo e ano de atendimento.

ATENDIMENTOS HOSPITAL VETERINÁRIO	2024	2025	TOTAL
	N (%)	N (%)	N (%)
Consulta Clínica + Exames	05 (11,90)	16 (38,10)	21 (50,00)

Emergência	05 (11,90)	05 (11,90)	10 (23,81)
Cirurgia	02 (04,76)	05 (11,90)	07 (16,67)
Dados Incompletos	01 (02,38)	03 (07,16)	04 (09,52)
TOTAL	13 (30,94)	29 (69,06)	42 (100,00)

Para que os atendimentos no HOV fossem realizados, o Miau exigia que o animal estivesse previamente registrado e categorizado como cão do campus. Contudo, na prática, surgiram situações em que membros da comunidade encaminharam fotos ou vídeos relatando a presença de um cão ferido, doente ou em situação de risco no campus, sem que aquele indivíduo estivesse previamente acompanhado pelas rondas. Nesses casos, instaurou-se uma dificuldade classificatória. O animal poderia se tratar de um novo cão com potencial de fixação no território, ainda não incluído no monitoramento regular, ou de um cão errante que apenas transitava momentaneamente pelo campus. A ausência de histórico prévio dificultava sua inserção imediata nas categorias estabelecidas e conseqüentemente a definição do fluxo de manejo aplicável.

Essa situação tornava-se particularmente sensível quando havia demanda por atendimento médico veterinário imediato. Os protocolos de manejo sanitário previamente definidos vinculavam as intervenções às categorias estabelecidas, garantindo previsibilidade do uso de recursos, organização logística e sustentabilidade das ações. Quaisquer intervenções fora desses critérios poderiam comprometer o planejamento financeiro e operacional do programa, além de gerar um fluxo não gerenciável de demandas.

Diante desse cenário, tornou-se fundamental a articulação com entidades públicas e organizações da sociedade civil, como o Departamento de Bem-Estar Animal do município, criado em 2025, e OSCs de proteção animal, que possuíam estrutura própria ou redes de apoio para acolhimento de casos não enquadrados nos critérios do programa. Essa parceria mostrou-se imprescindível para assegurar o encaminhamento ético e responsável das situações emergenciais, sem descaracterizar os objetivos e limites operacionais previamente estabelecidos. Se, por um lado, a necessidade de encaminhamentos externos evidenciou os limites institucionais do programa frente à dinâmica complexa da população canina no campus, por outro reforçou a importância de aprimorar os instrumentos internos de monitoramento e gestão.

Dessa forma, o eixo sanitário revela avanços significativos na organização do manejo e na integração com o ensino e o hospital veterinário, mas também evidenciou desafios estruturais, administrativos e epidemiológicos que demandam planejamento institucional mais robusto para garantir sustentabilidade e segurança sanitária do programa.

3.7. Manejo Reprodutivo

Como parte do eixo de manejo reprodutivo, o planejamento do programa estabelecia como estratégia central o recolhimento de fêmeas em período de estro, com o objetivo de prevenir nascimentos indesejados, reduzir disputas entre machos, minimizar acidentes e contribuir para o controle populacional de cães no campus. A proposta previa atuação articulada entre a equipe do programa, a vigilância universitária e o Corpo de Bombeiros da instituição, responsáveis pelo apoio na captura segura dos animais. Após o recolhimento, as fêmeas seriam encaminhadas para realização de exames clínicos de triagem e permanência temporária na Casa do Miau, onde permaneceriam em observação até o momento da castração. A esterilização seria realizada por meio de castração cirúrgica no HOV, garantindo procedimento técnico adequado e acompanhamento profissional. Concluído o período de recuperação, previa-se a devolução dos animais ao território de origem, acompanhada de monitoramento posterior para avaliação de sua condição clínica e adaptação comportamental. Esse planejamento fundamentava-se na lógica do manejo ético e sanitário, buscando equilibrar controle reprodutivo, bem-estar animal e redução de impactos populacionais no ambiente universitário, como preconizado nos *Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia nº 107 (2023)*.

A identificação de novos cães não castrados foi realizada por meio da vigilância associada aos canais de comunicação do programa. Uma vez identificados, os animais eram capturados e encaminhados para permanência temporária na Casa do Miau, onde passavam por protocolo de admissão e posterior esterilização no HOV. O pós-operatório ocorria na Casa do Miau e, após o período de recuperação, os cães eram devolvidos ao local de captura, conforme preconiza o protocolo CED.

Entretanto, a execução dessas ações enfrentou obstáculos significativos, sobretudo relacionados ao processo de captura. Animais com comportamento agressivo ou extremamente temeroso não se aproximavam da equipe, exigindo o uso de armadilhas ou contenção química. As armadilhas do tipo gaiola com isca e gatilho mostraram-se pouco eficazes no contexto do

programa, pois demandavam monitoramento constante e disponibilidade de pessoal. Nesses casos, tornaram-se essenciais as rondas sistemáticas com foco na criação gradual de vínculo e habituação dos cães à presença da equipe.

Observou-se ainda que protetores independentes desempenharam papel relevante nesse processo, por manterem contato frequente com os animais em diferentes pontos do campus e, em muitos casos, apresentarem maior facilidade na aproximação e auxílio na captura. Por outro lado, a ausência de treinamento específico da equipe em técnicas de captura humanitária, aliada à limitação de equipamentos adequados, como redes apropriadas e dispositivos de contenção, contribuiu para o insucesso na captura de alguns indivíduos, evidenciando a necessidade de qualificação técnica e investimento estrutural para aprimoramento do eixo. Durante os anos de 2024 e 2025, foram realizadas 41 castrações (Tabela 3). O aumento do número de castrações de 13 (31,71%) para 28 (68,29%) entre os anos deve estar associada a melhorias na estruturação dos eixos de vigilância e manejo reprodutivo.

Tabela 6: Número de castrações realizadas pelo HOV nos anos de 2024 e 2025.

CASTRACÃO	2024	2025	Total
	N (%)	N (%)	N (%)
Macho	6 (14,63)	10 (24,39)	16 (39,02)
Fêmea	7 (17,07)	18 (43,90)	25 (60,97)
Total	13 (31,71)	28 (68,29)	41 (100,00)

N = Número de cães.

Apesar das ações de manejo reprodutivo estarem se mostrando eficazes, o controle de população no campus necessita de medidas mais efetivas uma vez que episódios de nascimentos de três ninhadas de cães ocorreram no ano de 2025 (Figuras 17 e 18).

Figura 17 - Cadela identificada no campus com características sugestivas de gestação ou lactação, evidenciando a persistência de eventos reprodutivos apesar das ações de manejo implementadas.



Fonte: Fotografia cedida por Rodrigo Alves Barros (2025).

Figura 18 - Ninhada de filhotes nascidos no campus em 2025, ilustrando a necessidade de medidas mais efetivas de controle populacional.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

3.8. Educação e Comunicação

O eixo de Comunicação e Educação foi concebido como componente estratégico do programa, voltado à sensibilização da comunidade acadêmica acerca da guarda responsável, prevenção do abandono e promoção da convivência segura com cães no campus. O planejamento inicial contemplava campanhas educativas, produção de materiais informativos, manutenção de canais oficiais de comunicação e fortalecimento da identidade institucional do programa (Figura 19). Além disso, previa-se a elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão, definição de fluxos internos, produção de relatórios periódicos e avaliação contínua das ações com base em indicadores previamente estabelecidos, de modo a assegurar transparência, organização administrativa e monitoramento sistemático dos resultados.

Figura 19 - Logo do programa Miau.



Fonte: UFV, 2024.

Na prática, a divulgação do programa ocorreu inicialmente por meio da comunicação institucional da UFV, que utilizou o site oficial de notícias, suas redes sociais e um painel eletrônico instalado no campus para anunciar o início das atividades do programa. A matéria sobre a instituição do programa divulgada no site foi considerada um marco simbólico que consolidou sua formalização perante a comunidade (Figura 20).

Figura 20 - Reprodução de notícia publicada no portal institucional da UFV referente ao Programa de Manejo Integrado de Animais, 2025.



Fonte: Universidade Federal de Viçosa. Instituído Programa de Manejo Integrado de Animais da UFV. 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=43818>.

Paralelamente, foi estruturado o perfil oficial no Instagram (@miau.ufv), administrado por bolsistas da área de Comunicação Social - Jornalismo sob supervisão da comissão gestora. Essa rede tornou-se o principal canal de interação com o público, funcionando tanto como meio de divulgação quanto de recebimento de demandas. Em fevereiro de 2026, o perfil contava com 1.329 seguidores e mantinha calendário regular de postagens, abordando temas como apresentação institucional do programa, orientações para visitação à Casa do Miau, divulgação de cães para adoção e de feiras realizadas por parceiros, conteúdos educativos sobre combate ao abandono e maus-tratos, distinção entre cuidado informal e manejo institucional, informes sobre ações sanitárias e reprodutivas, participação em eventos científicos e extensionistas, além de conteúdos relacionados a comportamento, vacinação e relatos de reabilitação de animais. O canal também passou a receber número significativo de mensagens diretas com denúncias de situações de risco, acidentes, suspeitas de enfermidades e relatos de comportamento agressivo.

No âmbito das ações presenciais no campus, destacaram-se iniciativas de extensão e integração com diferentes setores da UFV. A realização da Cãominhada, em parceria com a OSC Escola do Vira-Lata, de Viçosa-MG, constituiu atividade de mobilização comunitária que reuniu responsáveis e seus cães em caminhada solidária pelo campus. O evento contou com apoio da Divisão de Esporte e Lazer (DLZ), responsável por atividades de aquecimento e alongamento, participação da Divisão Psicossocial (DVP), que promoveu diálogo sobre a

relação entre convivência com cães e saúde mental, além de oficina de comportamento e adestramento. Também houve envolvimento de residentes do Programa de Residência em Medicina Veterinária da UFV, que divulgaram ações desenvolvidas nas disciplinas de Saúde Coletiva, e de membros da Liga Acadêmica de Saúde Única da UFV expondo seus projetos e ações extensionistas, reforçando o papel da Medicina Veterinária na promoção da saúde única (Figura 21).

Figura 21 - Realização da Cãominhada no campus da UFV, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

O programa participou ainda do Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), evento que tem como objetivo integrar ensino, pesquisa e extensão. Nesse espaço, foi montado um estande informativo voltado a público diverso, desde estudantes do ensino fundamental até membros da pós-graduação, no qual a equipe apresentou os eixos de atuação do programa, esclareceu dúvidas e reforçou sua dimensão extensionista (Figura 22).

Outra participação relevante ocorreu durante o IntegraVet 2025, evento acadêmico-científico promovido pelo Departamento de Veterinária da UFV que integra Semana Acadêmica, Simpósio de Pesquisa em Medicina Veterinária e CopaVet. O IntegraVet constituiu um espaço de atualização científica, integração estudantil e valorização profissional, reunindo atividades como minicursos, palestras, mesas-redondas e atividades culturais e esportivas. Nesse contexto, o programa ofertou um minicurso direcionado a estudantes de Medicina

Veterinária, com foco no planejamento e na execução de ações práticas voltadas ao manejo integrado de cães em ambiente universitário.

A atividade abordou estratégias de promoção do bem-estar animal, saúde e controle populacional sob uma perspectiva sustentável e integrada, contribuindo para a formação técnica e crítica dos futuros profissionais. A dinâmica do minicurso foi estruturada de forma teórico-prática e territorializada. A UFV disponibilizou transporte para conduzir os estudantes a pontos estratégicos do campus, permitindo a visualização in loco dos diferentes eixos do programa, sendo iniciado nas Quatro Pilastras, local conhecido como entrada principal da UFV, como ponto simbólico para discutir o fluxo de animais entre o campus e a cidade, destacando-se a impossibilidade de dissociar as ações institucionais da UFV das políticas públicas municipais e da atuação da sociedade civil, evidenciando a interdependência territorial do problema.

Figura 22 – Participação do programa Miau no SIA. UFV, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

O percurso incluiu visitas aos comedouros instalados no âmbito do manejo alimentar, os locais onde são realizadas as capturas de cães para execução do protocolo CED e à Casa do Miau, sede administrativa e operacional do programa, onde os estudantes puderam conhecer a estrutura física, os protocolos adotados e o manejo dos cães abrigados. Essa abordagem prática permitiu integrar conceitos teóricos à realidade institucional, reforçando a compreensão sistêmica do manejo populacional canino em contexto universitário (Figura 23).

Figura 23 - Visita ao local de captura de cães para realização de protocolo CED no minicurso realizado no Integravet. UFV, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

Ainda no âmbito das ações de educação e sensibilização, destaca-se a iniciativa “Acolhimento – Pausa, respira e faz um carinho”, realizada durante a semana final de provas do segundo semestre de 2025, quando há aumento de estresse e ansiedade entre os estudantes. A ação consistiu em levar cães do campus para os pavilhões de aula A e B, organizando ambiente acolhedor com oferta de chás e biscoitos, no qual os alunos puderam interagir de forma supervisionada com os animais (Figura 24).

Figura 24 - Cartaz de divulgação do Acolhimento, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

A ação fundamenta-se em evidências científicas que associam a interação humano-animal à redução de indicadores psicológicos e fisiológicos de estresse, como demonstrado por Beasley et al. (2022), que encontraram efeitos positivos da interação humano-animal reforçando a pertinência da atividade como estratégia de promoção de saúde mental no contexto universitário. Além do benefício imediato relacionado ao bem-estar emocional, o Acolhimento constituiu importante oportunidade educativa. A presença da equipe permitiu dialogar com os estudantes sobre o manejo dos cães, os objetivos do programa e a importância da guarda responsável. Dessa forma, a iniciativa ampliou a compreensão da comunidade sobre o programa e fortaleceu a construção de cultura institucional pautada na responsabilidade, no cuidado e na informação qualificada.

No âmbito externo à UFV, o programa esteve presente em diferentes edições do Circuito Saúde, Lazer e Bem-Estar Animal, promovido pela Prefeitura de Viçosa, levando cães para campanhas de adoção e apresentando suas ações à população municipal. Essa inserção ampliou o diálogo com a sociedade civil e reforçou a dimensão pública do programa (Figura 25).

Figura 25 - Participação do Miau em parceria com a Liga Acadêmica de Saúde Única no Circuito Saúde, Lazer e Bem-Estar Animal, promovido pela Prefeitura de Viçosa. Viçosa, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

A Casa do Miau também passou a integrar atividades didáticas, servindo como espaço de aula para disciplinas como Práticas em Sanidade Animal, Saneamento e Saúde Pública do curso de Medicina Veterinária e Epidemiologia aplicada ao saneamento ambiental do curso de Engenharia Ambiental. Os estudantes tiveram a oportunidade de realizar testes para doenças infecciosas, conhecer protocolos sanitários e discutir aspectos estruturais de manejo de canis, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (Figura 26).

Figura 26 - Visita à Casa do Miau realizada no âmbito da disciplina de Práticas em Sanidade Animal. UFV, 2025.



Fonte: Miau, 2025.

Outro aspecto importante que merece destaque foi o uso de coletes de identificação pelos membros do programa. No início das atividades, a equipe do Miau era questionada por membros da comunidade por não reconhecerem diretamente as ações do programa, gerando um estranhamento inicial, algo que foi desaparecendo conforme os coletes azuis se tornaram comuns no cotidiano do campus. À medida que o programa foi sendo estruturado e divulgado, ampliou-se seu reconhecimento entre as pessoas que circulam pelo campus, e o Miau passou a receber notificações espontâneas relacionadas a ocorrências envolvendo animais, consolidando-se como importante fonte de informação sobre a dinâmica local. Contudo, a ampliação dessa visibilidade institucional trouxe como efeito colateral o crescimento expressivo das demandas encaminhadas ao programa. O reconhecimento público do Miau como referência técnica passou a concentrar notificações que, em muitos casos, extrapolam sua competência formal ou sua capacidade operacional, evidenciando risco de sobrecarga técnica, sobretudo diante da ausência de delimitação clara de atribuições entre UFV, poder público municipal e organizações da sociedade civil.

Esse cenário revelou fragilidades estruturais importantes. A inexistência inicial de um canal institucional específico de recebimento de demandas fez com que grande parte das comunicações ocorresse por meio de redes sociais, contatos informais ou comunicação direta com membros da equipe, dificultando o registro sistemático das ocorrências, a rastreabilidade das ações adotadas e a definição objetiva de responsabilidades. O uso das redes sociais como principal meio de interação mostrou-se ambivalente: se, por um lado, possibilita amplo alcance, engajamento comunitário e circulação ágil de informações, favorecendo transparência e participação social, por outro, quando se torna o canal predominante de notificação e gestão de ocorrências, pode comprometer a formalização documental e a organização das intervenções. Além disso, a lógica imediatista desses ambientes tende a gerar expectativa de respostas rápidas, por vezes sob pressão pública, exigindo cautela para que decisões técnicas não sejam influenciadas por mobilizações emocionais ou exposição digital.

Diante desse contexto, tornou-se evidente a necessidade de consolidação de um canal oficial estruturado, com protocolos claros de registro, triagem e encaminhamento das demandas, capaz de transformar o engajamento espontâneo da comunidade em instrumento organizado de gestão. Assim, a comunicação deixa de ser apenas ferramenta de divulgação e passa a constituir elemento central da governança do programa, condicionando sua sustentabilidade, legitimidade institucional e capacidade de resposta a longo prazo.

3.9. Análise do impacto das ações

A análise integrada dos eixos evidencia que o planejamento inicial constituiu elemento central para a adequada estruturação do programa, permitindo a construção de um arranjo operacional coerente e interdependente, no qual os eixos não se configuram como frentes isoladas, mas como dimensões complementares que se apoiam mutuamente. Nesse contexto, visando aprofundar a compreensão das inter-relações entre capacidades internas e condicionantes externos, bem como identificar pontos críticos e potenciais estratégicos do Miau, procedeu-se à aplicação da análise SWOT como ferramenta metodológica de exame situacional detalhado das ações desenvolvidas. No quadro 3 são apresentados as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas.

Quadro 3: Matriz SWOT.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Estrutura física própria.</p> <p>Comissão gestora formal com representantes de múltiplos setores da UFV.</p> <p>Base informacional estruturada por vigilância ativa, banco de dados e aplicativo próprio.</p> <p>Integração entre diferentes eixos.</p> <p>Presença de técnica de Médica Veterinária</p> <p>Participação de estudantes de graduação, residentes e pós-graduação.</p> <p>Vínculo com Hospital Veterinário da UFV.</p> <p>Vocação extensionista e formativa (minicursos, envolvimento discente).</p> <p>Garantia de bolsas de BAAP e de monitoria</p> <p>Boa comunicação com as OSCs e protetores independentes</p>	<p>Dependência significativa de bolsistas e estagiários com alta rotatividade.</p> <p>Limitação de dotação orçamentária própria</p> <p>Dificuldade de controle territorial em campus aberto.</p> <p>Ausência de um canal específico de recebimento de demandas</p> <p>Captura de cães não colaborativos</p> <p>Profissional especialista em comportamento animal</p> <p>Meio de transporte exclusivo</p> <p>Procedimentos operacionais padrão</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Consolidação como modelo institucional replicável em outras universidades.</p> <p>Fortalecimento da articulação com o poder público municipal.</p> <p>Captação de recursos via projetos de extensão e pesquisa.</p> <p>Ampliação do uso de tecnologia e sistematização de dados.</p> <p>Integração com políticas de Saúde Única.</p> <p>Desenvolvimento de programas educativos permanentes.</p> <p>Produção científica a partir da experiência do programa.</p> <p>Caráter multiprofissional</p> <p>assumir a alimentação dos cães do campus</p>	<p>Ausência de política institucional formal</p> <p>Crescimento contínuo da população de cães por abandono externo.</p> <p>Mudanças administrativas que reduzem apoio institucional.</p> <p>Judicialização de decisões relacionadas aos animais.</p> <p>Estigmatização do programa como responsável exclusivo pelo problema.</p> <p>Esgotamento da equipe por sobrecarga prolongada.</p> <p>Pressões sociais que dificultam ações técnicas necessárias.</p> <p>Não adesão da comunidade às estratégias de manejo</p>

A aplicação das estratégias cruzadas a partir da matriz SWOT permitiu analisar as ações do Míau e propor sugestões de forma planejada e não apenas respostas reativas. Essas sugestões buscaram conectar o ambiente interno (Forças e Fraquezas) com o cenário externo (Oportunidades e Ameaças) para ditar o ritmo de crescimento e a segurança do programa e foram organizadas em quatro estratégias, cada uma com um lema central.

A estratégia ofensiva é a relação entre forças e oportunidades e foi sintetizada pelo lema “*Usar a excelência técnica e a estrutura da UFV para liderar o tema e captar recursos.*” Essa estratégia teria como objetivo aproveitar o melhor que a universidade oferece, como sua estrutura física, o corpo técnico especializado e o forte caráter extensionista, para capitalizar sobre as oportunidades de mercado e sociedade. Na prática, isso significaria utilizar o aplicativo Míau Monitoramento e o banco de dados para consolidar o programa como um modelo replicável de vigilância para outras instituições. A boa comunicação com OSCs poderia ser utilizada para o desenvolvimento de programas educativos permanentes, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade externa. Ao fazer isso, o programa se posicionaria no cenário de Saúde Única, facilitando a captação de recursos externos e aumentando a produção científica de alto impacto, transformando a rotina operacional em conhecimento acadêmico.

A estratégia confrontativa, que busca contrapor as forças com as ameaças, teria como lema “*Usar o peso institucional e técnico para blindar o programa*”. Aqui, a expertise da equipe e a existência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) serviriam como um escudo contra a judicialização de decisões e a pressão social. O programa usaria a vigilância ativa e o canal de comunicação com protetores para identificar focos de abandono e atuar junto ao poder público municipal, transferindo parte da responsabilidade do controle de fronteiras para a gestão pública. E, fortalecer o caráter multiprofissional do programa para comunicar à comunidade que o manejo é uma questão de saúde pública coletiva, combatendo a estigmatização do programa como único responsável pelo problema.

Já na estratégia de reforço o foco é buscar no ambiente externo (oportunidades) as soluções para as carências internas (fraquezas). Com o lema “*Aqui as oportunidades externas servem para "curar" as limitações internas da equipe e do orçamento*”, o programa reconheceria fraquezas, como a dependência excessiva de bolsistas e a falta de uma política institucional formal, e tentaria corrigi-las através das oportunidades de integração com políticas públicas e uso de tecnologia. Por exemplo, ao sistematizar os dados via tecnologia, o impacto da rotatividade de alunos é reduzido, pois facilitaria o treinamento de novos membros. Também

utilizaria a consolidação do programa como modelo replicável e a articulação com o poder público para pleitear a criação de uma política institucional formal na UFV, garantindo dotação orçamentária própria. O desenvolvimento de aplicativos e tecnologias possibilitaria a criação de um canal específico de recebimento de demandas, organizando o fluxo de trabalho da equipe.

Por fim, a estratégia defensiva seria o plano de sobrevivência, focado em minimizar as fraquezas e evitar que as ameaças se concretizem em colapso. O lema “*Para que o manejo seja possível, o planejamento deve ser sustentável*”, formalizaria a ausência de política institucional como o risco principal, buscando junto à Reitoria a criação de suporte administrativo para evitar o esgotamento da equipe e a dependência exclusiva de estudantes. Criaria campanhas de conscientização focadas na não adesão da comunidade, deixando claro que a capacidade de captura e manejo tem limites físicos e orçamentários, evitando que o programa assumia mais cães do que consegue manter.

De forma geral, as ações do Miau representaram um marco institucional na forma como a UFV passou a enfrentar a presença de cães de vida livre no campus, deslocando a abordagem de respostas pontuais para um modelo estruturado de gestão. Contudo, ficou evidenciado que os principais desafios enfrentados pelo programa não decorrem exclusivamente de limitações técnicas ou operacionais, mas revelam uma lacuna estrutural mais profunda: a inexistência de política institucional formal que delimite, de maneira clara, as responsabilidades da universidade na gestão desses animais em seu território. A ausência de diretrizes normativas consolidadas gera insegurança decisória, amplia a sobrecarga operacional, fragiliza a definição de competências frente ao poder público municipal e às organizações da sociedade civil e transfere à comissão gestora significativo ônus ético e administrativo. O programa passa, assim, a operar em uma zona de indeterminação institucional, assumindo funções que transitam entre assistência, controle populacional, mediação de conflitos e educação em saúde, sem respaldo regulatório plenamente estruturado.

Nesse sentido, mais do que aperfeiçoamentos pontuais em cada eixo, os achados indicam a necessidade de construção de uma política universitária específica de gestão animal, com definição explícita de competências, fluxos operacionais e limites de atuação, articulada aos princípios de Saúde Única, bem-estar animal e segurança coletiva. Somente a partir dessa consolidação normativa será possível assegurar sustentabilidade institucional, segurança jurídica e coerência ética às ações desenvolvidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de manejo de cães pelo Programa de Manejo Integrado de Animais da Universidade Federal de Viçosa (Miau), evidenciando como uma estruturação baseada em eixos de atuação integrados é capaz de transformar o enfrentamento de um problema histórico em um modelo de gestão técnica.

Os resultados obtidos trouxeram um panorama da complexidade que envolve o manejo de cães em ambiente universitário, revelando que a eficiência técnica, embora indispensável, é apenas parte da solução. A análise evidenciou que o programa atua como um sistema interdependente, onde o sucesso do controle populacional e sanitário está diretamente atrelado à capacidade de resposta institucional frente aos desafios recorrentes. Este panorama demonstra que o Miau superou a fase de implementação experimental para se tornar um observatório de Saúde Única, cujos dados agora servem de base para reivindicar uma governança mais estável.

No âmbito acadêmico-científico, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise dos impactos institucionais, jurídicos e bioéticos da gestão de animais em ambientes universitários, avaliem indicadores de efetividade a médio e longo prazo e investiguem modelos comparativos de governança adotados por outras instituições de ensino superior. Estudos que explorem a percepção da comunidade acadêmica, a articulação com políticas públicas municipais e os efeitos da formalização normativa poderão contribuir para a construção de diretrizes mais robustas e replicáveis, fortalecendo a interface entre universidade, proteção animal e saúde pública sob a perspectiva da saúde única e da responsabilidade institucional compartilhada.

REFERÊNCIAS

- BEASLEY, Nicole L. *et al.* Comparing the Effect of Human-Dog Interactions and Progressive Muscle Relaxation on Self-Report and Physiological Measures of Stress. *Human-animal interaction bulletin*, [S. l.], v. 2022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1079/hai.2022.0005>. Disponível em: <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/abs/10.1079/hai.2022.0005>.
- BICALHO, G. C. Análise da implantação do programa de manejo ético populacional de cães e gatos no campus Pampulha da UFMG. 2021. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- BOONE, John D. Better trap–neuter–return for free-roaming cats: Using models and monitoring to improve population management. *Journal of Feline Medicine and Surgery*, v. 17, n. 9, p. 800–807, 2015. DOI: 10.1177/1098612X15594995.
- CADERNOS TÉCNICOS DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA. Belo Horizonte: Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia (FEP MVZ Editora), n. 107, jul. 2023. ISSN 1676-6024.
- CASACA, MIRIAM *et al.* Is there hope beyond fear? Effects of social rehabilitation on unsocialised stray dogs. *Applied Animal Behaviour Science*, [S. l.], v. 253, p. 105671, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.applanim.2022.105671>.
- CLEAVELAND, S. et al. The conservation relevance of epidemiological research into carnivore viral diseases in the Serengeti. *Conservation Biology*, 2000.
- DAY, M. J.; HORZINEK, M. C.; SCHULTZ, R. D.; SQUIRES, R. A. WSAVA – Guidelines for the vaccination of dogs and cats. *Journal of Small Animal Practice*, v. 57, 2016.
- DINIZ, JEFFERSON VIANA ALVES; MOREIRA, MARIA CAMILA VASCONCELOS; FERREIRA, NATANE PEREIRA; OLIVEIRA, JOSÉ WILLIAM VENÂNCIO DE; OLIVEIRA, LARISSA DA SILVA; NUNES, ANA ELISA RIBEIRO; PINHEIRO, MARINA DE LIMA; SOUZA, BEATRIZ MATIAS DE. Reutilização criativa: canos abandonados transformados em comedouros e bebedouros para cães e gatos comunitários. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 11, n. 9, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n9-064>.
- FAO; UNEP; WHO; WOA. One Health Joint Plan of Action (2022–2026): Working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Rome, 2022.
- FISCHER SM, QUEST CM, DUBOVI EJ. Response of feral cats to vaccination at the time of neutering. *J Am Vet Med Assoc* 2007;230:52–8.
- GARCIA, R. C. M. Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituído Programa de Manejo Integrado de Animais da UFV, Universidade Federal de Viçosa, 11 de abril de 2025. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=43818>. Acesso em: 14/02/2026.

GONZAGA, M. C. et al. Domestic dog attacks on livestock referred to a veterinary teaching hospital. *Frontiers in Veterinary Science*, 2024. DOI: 10.3389/fvets.2024.1342258.

GÜREL, Emet; TAT, Meral. *SWOT analysis: a theoretical review*. Uluslararası Sosyal Araştırmalar Dergisi – The Journal of International Social Research, v.10, n.51, p. 994-1006, ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17719/jisr.2017.1832>.

JONES, CAROL. Microchipping and its importance in dogs. *Companion Animal*, v. 18, n. 10, p. 468–473, dez. 2013. DOI: 10.12968/coan.2013.18.10.468.

MATTIOLI, GUILHERME. Distúrbios comportamentais em cães e gatos. 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2023.

MELO, E. H. M. de; MENDONÇA, A. de L.; BARBOZA, R. da S.; NUNES, A. C. B. T.; CÂMARA, D. R. A captura, esterilização e devolução (CED) de caninos e felinos domésticos: políticas públicas comparadas nacional e internacional. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, [S. l.], v. 22, n. 8, p. e6302, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n8-141.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Políticas de manejo ético populacional de cães e gatos em Minas Gerais. 1. ed. Belo Horizonte, 2019.

MOTTA, A. C. S.; LIMA, C. D. A.; CUNHA, T. C. D. C. Campus universitário e espaço urbano: integração socioespacial em metrópole e cidades médias no sul do Brasil. A: Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. "X Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Córdoba, Junio 2018". Barcelona: DUOT, 2018.

NEWBURRY, S. et al. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais. 2018. Disponível em: http://premierpet.com.br/shelter_medicine.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

OLENIK, Selin; LEE, Hong Seok; GÜDER, Firat. The future of near-field communication-based wireless sensing. *Nature Reviews Materials*, v. 6, p. 286–287, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41578-021-00299-8>.

OLIVEIRA, H. V. G. Epidemiologia do abandono animal. In: GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; BRANDESPIM, D. F. *Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas*. São Paulo: Integrativa Vet, 2019. p. 200-208.

OTRANTO, D.; DANTAS-TORRES, F.; MIHALCA, A. D.; TRAUB, R. J.; LAPPIN, M.; BANETH, G. Zoonotic parasites of sheltered and stray dogs in the era of the global economic and political crisis. *Trends in Parasitology*, [S.l.], v. 33, n. 10, p. 813–825, out. 2017. DOI: 10.1016/j.pt.2017.05.013. PMID: 28648798.

PORTARIA DA REITORIA Nº 543, DE 27 DE JUNHO DE 2022. Universidade Federal de Lavras (UFLA). Disponível em: https://sig.ufla.br/modulos/publico/boletim_interno/arquivo.php?id_documento=21.543.2022. Acesso em: 25 jun. 2025.

PORTARIA Nº 0208/2024, de 26/03/2024. ATOS ADMINISTRATIVOS. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/files/anexos/1713024023.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RODRIGUES, HÉVELLEN FERREIRA; MORAES, MELÂNIA SANTANA; MESQUITA, ELIETH AFONSO DE. Incidência de criptococose em pombos (*Columba livia*) e seu impacto na saúde pública em Porto Velho/RO. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 15, e126111536931, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.36931>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36931>. Acesso em: 17 fev. 2026.

ROMA, T. N., RIONDET-COSTA, D. R. T., BOTEZELLI, L., & REIS, L. F. (2020). Efeitos da presença de *Canis lupus familiaris* L. (carnívora: canidae) (cão) em uma reserva biológica municipal do bioma mata atlântica no sul de Minas Gerais, Brasil. *Holos Environment*, 20(3), 336-353. <https://doi.org/10.14295/holos.v20i3.12393>

SEIXAS, J. N.; DIAS, M. A. O.; CARVALHO, K. A.; RAMOS, F. O. C. P.; MARQUES, T. F. R.; DELFIM, C. M. Dificuldade observada para o estabelecimento de um sistema de identificação individual dos cães mantidos em um abrigo localizado no município de Lavras, estado de Minas Gerais, Brasil. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO, 8., 2017. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP (Revista MV&Z)*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 47, 2017. ISSN 2179-6645. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/37681/42385>. Acesso em: 31 maio 2026.

SILVA, Ana Teresa Martins da. *Treino e modificação comportamental de cães*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2018. ISBN 978-989-752-327-4.

SILVA, C. R. et al. Lesões traumáticas em cães causadas por espinhos de ouriço (*Coendou spp.*): relato de caso. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Reunião na UFV decide ação emergencial para evitar ataques de cães no campus. 2023. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=40501>. Acesso em: 12 fev. 2026.

VIÇOSA: idoso é atacado por cães durante caminhada. Primeiro a Saber, Viçosa, 18 set. 2023. Disponível em: <https://primeiroasaber.com.br/2023/09/18/vicosa-idoso-e-atacado-por-caes-durante-caminhada/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

WOAH. Stray dog population control. In: *Terrestrial Animal Health Code*. Paris: WOA, 2023.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). *Stray dog population control*. Paris: WOAH, 2019. Disponível em: <https://www.woah.org/en/what-we-do/animal-health-and-welfare/animal-welfare/stray-dog-population-control/>. Acesso em: 01 fev. 2026.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). Terrestrial Animal Health Code. Twenty-eighth edition, 2019. Chapter 7.7: Dog population management. Article 7.7.2 (Definitions), p. 410.

VANAK, Bharath A.; GOMPPER, Matthew E. Interference competition at the landscape level: the effect of free-ranging dogs on a native mesocarnivore. *Journal of Applied Ecology*, v. 47, n. 6, p. 1225–1232, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2664.2010.01870.x>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha de cadastro dos cães do campus.

IDENTIFICAÇÃO ANIMAL CAMPUS UFV

Código:

Nome:

Espécie: Cão

Porte: Pequeno () Médio () Grande ()

Pelagem: Preto () Marrom () Vermelho () Amarelo () Branco ()

Localização no Campus e Georreferência:

Data e horário de registro: ____/____/____ - ____h__

Sexo: Fêmea () Macho ()

Idade: Neonato () Filhote () Adulto () Idoso ()

Estado Reprodutivo: Inteiro () Castrado () Não Sabe ()

Escore Corporal: 1() 2() 3() 4() 5()

1) Caquético; 2) Magro; 3) Ideal; 4) Excesso de Peso; 5) Obeso.

Comportamento: 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

Classifique o comportamento do animal em uma escala de 1 a 5 de acordo com o nível de resistência oferecido por ele durante a abordagem sendo;

1) Demonstrou agressividade, 2) Fugiu, 3) Não veio de encontro, 4) Veio de encontro de forma hesitante e 5) Veio de encontro de forma amigável.

Estado de Saúde: Saudável () Condição de Saúde ()

Caso o animal apresente alguma condição de saúde notável durante a abordagem, como: ferimentos, dificuldade de locomoção, sentidos comprometidos, entre outros sinais, estes deverão ser descritos na página dois, no tópico "Observações do Animal".

Cuidador: Não () Sim ()

Em situações de animais comunitários (animais que possuam cuidadores em ambientes públicos), preencher a página três com informações fornecidas pelo cuidador em questão.

Imagens de auxílio à identificação animal:

OBSERVAÇÕES DO ANIMAL:

Utilize este espaço para descrever e aprofundar informações importantes que favoreçam a identificação do animal, tais como características físicas e comportamentais e estado de saúde em que o animal foi encontrado.

CUIDADOR

Nome:

Telefone de contato: () -

Vínculo com a Universidade:

Manejo Realizado com o animal:

- Vermifugação: Sim () Não ()
- Alimentação: Sim () Não ()
- Banho: Sim () Não ()
- Vacinação Antirrábica: Sim () Não ()
- Controle de pulga e carrapatos: Sim () Não ()
- Abrigo: Sim () Não ()

Histórico do animal:

Discorra sobre os hábitos deste animal; comportamento, locais de preferência, alimentação, convivência com outros animais, entre outros aspectos que julgar relevantes.

ANEXOS

ANEXO A – Programação da Conferência de Manejo Populacional de Cães e Gatos de Viçosa e região.



Conferência de Manejo Populacional de Cães e Gatos de Viçosa e região

Dia 16/08/23 – Quarta-Feira

7h30 – Credenciamento

8h00 – Mesa de abertura: representantes das universidades, Câmara Municipal, Prefeito, autoridades etc.

8h30 – Manejo Populacional de Cães e gatos - marcos históricos e legais, fundamentos e estratégias. Palestrante: Ana Liz Bastos – Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo -IMVC e CRMVMG

9h20 – Programas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD para o MPCG. Palestrante: Patrícia Carvalho da Silva - Coordenadora do Núcleo de Fauna Doméstica da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD/MG

10h00 – Intervalo

10h30 – Experiências Bem-sucedidas em municípios mineiros

10h30 - Município de Conselheiro Lafaiete. Palestrante: Carla Sássi - Univiçosa

11h00 – Município de Itabirito. Palestrantes: Jane Paiva de Moura e Jadir Vicente da Silva Filho – Prefeitura Municipal de Itabirito

11h30– O papel das Organizações de proteção animal no MPCG e a fadiga por compaixão: quando cuidar de animais pode levar a estresse e depressão. Palestrantes: Christodato Hoelzle Martins; Francisco Sant'anna Faria Koster Mueller Silva e Eliane Pereira Messias

12h15 - perguntas

12h30 – Almoço

14h00 – Manejo populacional de cães e gatos em Campi universitários. Palestrante. Palestrante: Prof. Danielle Ferreira de Magalhães Soares – Escola de Veterinária/UFMG

14h40 – Experiência Bem-sucedidas de MPCG no Campus da UFLA. Palestrante: Bienda Araújo Martins Ferreira - UFLA



12h00 - Orientações para as discussões dos grupos e divisão dos grupos: objetivo montar um plano de MPCG para os municípios presentes com foco para Viçosa e plano para MPCG nos campi da UFV e Univiçosa. Equipe organizadora

11h00 - Divisão dos grupos e Início das discussões

Eixos:

- 1- Saúde única (Controle de zoonoses, pessoas em situação de acumulação de animais, fiscalização de maus-tratos)
- 2- Cães e gatos em situação de rua (Cão comunitário, Gatos comunitários e em colônia, CED/RED e alimentação de cães e gatos nas ruas)
- 3- Manejo de cães e gatos em campi e projetos de extensão para assistência de cães e gatos em vulnerabilidade
- 4- Gestão para o MPCG nos municípios (planejamento para implantação das ações nos municípios)

12h30 – Almoço

14h00 – Discussão em grupos

15h40 – Intervalo

17h00 – Apresentação das propostas e encaminhamentos

18h00 – Encerramento



15h10 – Projeto da Universidade Federal de Viçosa: PROESAHA - Programa de Estratégias em Saúde Animal, Humana e Ambiental. Palestrante: Prof. Rodrigo Alves Barros – Medicina veterinária - UFV

15h40 – Intervalo

16h00 - Projeto da Univiçosa: Médico-veterinário da família. Palestrante: Alessandra Sayegh Arreguy Silva - Gestora do Curso de Medicina Veterinária da Univiçosa

16h30 – Programa de Educação Ambiental da Polícia Ambiental de Minas Gerais. Palestrante: Cabo PM Rodrigo Henrique de Melo Mendes – Batalhão de Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais

17h10 – Perguntas

18h00 - Encerramento

Dia 17/08/23 – Quinta-Feira

8h00 – Abertura do auditório

8h30 – Programa PRODEVIDA da Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais MPMG. Palestrante: Promotora de Justiça Marcela Nunes de Oliveira – MPMG

9h00 - Epidemiologia do abandono. Palestrante: Gustavo Xaulim - IMVC e Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais - CEDA/MPMG

9h30 - Proposta de um Programa Municipal de Saúde para Cães e Gatos. Palestrante: Júlia Amorim Faria – IMVC e USP

10h00 - Intervalo

10h30 – A importância do médico-veterinário no planejamento dos mutirões de castração de cães e gatos. Palestrante: Tamires Derzil Verazani – Clínica Veterinária Ecovet

11h10 – O papel do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais CRMV/MG nos programas de controle reprodutivo de cães e gatos. Palestrante: Fernanda Cioffi - Assessora Técnica do CRMV/MG

11h40 – Perguntas

ANEXO B - PORTARIA No 0208/2024 de 26/03/2024.

Ministério da Educação
Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa
Reitoria

PORTARIA Nº 0208/2024, DE 26/03/2024

O Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 24/05/2023, publicado no Diário Oficial da União de 25/05/2023, considerando o que consta do Processo SEI 23114.904472/2024-37, resolve

1. designar os membros abaixo relacionados para constituírem comissão técnica com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, atuarem na elaboração de programa de manejo populacional de animais domésticos e sinantrópicos do Campus UFV - Viçosa:

Nome	Matrícula/UFV	Representante
Bruno David Henriques	10438-8	PCD
Leonardo de Assis Vidigal	10416-7	PAD
Monique de Cássia Bertto	12920-8	DCI
Rodrigo Alves Barros	12616-0	COMDEA
Artur Kanadani Campos	11832-X	DVT

2. designar BRUNO DAVID HENRIQUES como presidente da referida comissão.

Publique-se e cumpra-se.

Demetrius David da Silva
Reitor